

# Relatório Anual 2019

0 ano para  
a retomada





# Índice

Editorial	04
Sobre a Abdib	08
Comitês e grupos de trabalho	10
Planos de trabalho dos comitês 2019	11
Comitês	18
▲ Comitê de Financiamento e garantias	18
▲ Comitê de Sustentabilidade	20
▲ Comitê Legal e Tributário	22
▲ Comitê de Ética	24
▲ Comitê de Relações Internacionais	26
▲ Comitê de Petróleo e Gás Natural	28
▲ Comitê Estratégico do Setor Elétrico	30
▲ Comitê de Geração de Energia	32
▲ Comitê de Transmissão de Energia	34
▲ Comitê de Iluminação	36
▲ Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico	38
▲ Comitê de Resíduos Sólidos	40
▲ Comitê de Telecomunicações	42
▲ Comitê de Indústria	44
▲ Comitê de Ferrovias	46
▲ Comitê de Rodovias	48
▲ Comitê de Mobilidade Urbana	50
▲ Comitê de Aeroportos	52
Encontros e debates	54
▲ Convidados especiais nos conselhos	54
▲ Convidados especiais nos comitês	57
Projetos especiais	62
▲ Estruturação de projetos	62
▲ Concessão para despoluir	63
Educação corporativa	64
Eventos realizados pela Abdib	66
Agenda legislativa	72
Comunicação	74
Investimentos em Infraestrutura	75
Committees and work groups	76
Conselhos e empresas associadas	84



**Venilton Tadini,**  
presidente-executivo da Abdib

## O momento é positivo. Por enquanto

Depois de atravessarmos a maior recessão da história e patinarmos com atividade econômica muito fraca, o momento é positivo para o Brasil começar a retomar o crescimento mais acelerado. A agenda das reformas estruturais é praticamente consenso, incluindo as reformas administrativa (redução dos gastos de custeio e da máquina pública), patrimonial (desestatização e venda de imóveis), previdenciária, tributária e fiscal. Investimentos em infraestrutura são considerados prioritários. A renovação significativa ocorrida no Congresso Nacional também sinaliza positivamente para as mudanças e reformas que precisam ser efetivadas.

No cenário internacional, no curto prazo, não devemos ter grandes surpresas. As taxas de juros do mercado norte-americano não devem ser elevadas tão cedo. Isso contribui para manter o fluxo de capitais estável no Brasil. Efetivadas as reformas, há perspectiva de conforto fiscal, com juros e inflação controlados. Nesse cenário ideal, mesmo uma turbulência externa encontraria um país com arsenal mais robusto para a gestão fiscal e monetária.

Durante o processo eleitoral e no período de transição, a Abdib teve a oportunidade de dialogar sobre as necessidades e as propostas

para a retomada do crescimento econômico e a recuperação dos investimentos em infraestrutura no Brasil. A Agenda de Propostas para a Infraestrutura 2018, elaborada pela Abdib, lista medidas com esse intuito.

Felizmente, o investimento em infraestrutura foi a escolha do atual governo para dar torque à atividade econômica. O fortalecimento do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) foi uma decisão acertada para avançar em tal diretriz sem perda de tempo, pois há um estoque de projetos engatilhados para licitação no curto prazo, considerando todos os setores, no valor de R\$ 186 bilhões em investimentos. Somente na área de transporte, por exemplo, estão em preparação estudos para 59 projetos somando R\$ 111 bilhões em investimentos.

Além disso, o processo de renovação antecipada de concessões ferroviárias e o sucesso no desenvolvimento de novos projetos de ferrovias podem mudar a matriz de transportes e o padrão de produtividade do país. No entanto, resta prover solução para concessões federais desequilibradas nas áreas de transportes, sobretudo aeroportos e rodovias. Uma alternativa é a devolução amigável, instituída pela Lei 13.448/2017, mas ainda inócua por falta de regulamentação. Sem solução, há risco significativo de transferir para a esfera judicial a definição de investimentos em alguns dos principais ativos de transportes do país.

Um dos aspectos centrais da agenda empresarial para o setor de infraestrutura é a segurança jurídica necessária para os investimentos, princípio fundamental que emana bastante de leis, regras, decisões, atos e intenções do poder público, ratificadas ou não, ao longo do tempo. Atualmente, um dos fatores críticos é o papel dos órgãos de fiscalização e controle. O exercício das competências de controle e fiscalização de programas, projetos e gastos públicos, com foco na legalidade ou na eficiência, não pode se confundir com a função de desenhar diretrizes e características de políticas públicas, cabíveis a órgãos do Poder Executivo.

# 5

Outro ponto crucial é o fortalecimento do sistema de financiamento de longo prazo, com impulso para o mercado de capitais e a extensão das debêntures de infraestrutura para investidores no exterior e para fundos de previdência – tudo suportado por um sistema seguro de garantia de risco cambial.

No setor petrolífero, a elevação do preço do petróleo e a redução dos custos na exploração do pré-sal permitem a retomada do ciclo virtuoso de investimentos interrompidos pela crise da Petrobras. Com as mudanças regulatórias e os leilões realizados nos últimos anos, há um potencial de investimento de R\$ 845 bilhões até 2027, considerando os projetos contratados e já em desenvolvimento. Há um cronograma estabelecido de leilões, o que engaja os investidores globais às oportunidades presentes no Brasil. Ajustes similares precisam ser realizados no modelo e na regulação no setor de energia elétrica, mercado em que há imperfeições estruturais e oportunidades de melhorias necessárias para dar mais segurança aos investidores.

Mas ainda há muito a fazer. Uma comparação simples entre dois números apurados pela Abdib não deixa margem para dúvidas. O primeiro mostra o quanto o Brasil necessita de investimento em infraestrutura por ano (4,31% do PIB, valor correspondente a R\$ 284,4 bilhões). O segundo esclarece o quanto realmente está sendo investido (média de 1,7% do PIB entre 2016 e 2018, valor correspondente a R\$ 110,0 bilhões). O hiato é enorme.

Parte desses investimentos dependerá da aprovação da agenda legislativa da infraestrutura. Ela é composta por projetos de lei e medidas provisórias que já percorreram várias fases do trâmite legislativo, receberam avaliações favoráveis ou foram aperfeiçoadas por relatores – e já foram alvo de muita discussão envolvendo parlamentares, governo e setores produtivos. Seria importante não desperdiçar os avanços e votá-las rapidamente.

Há processos de revisão regulatória nas áreas de saneamento básico (MP 868/2018 - ampliação

da participação privada e melhoria da qualidade regulatória), gás natural (PL 6.407/2013 – reorganização setorial a partir de redução da participação da Petrobras em toda a cadeia produtiva), energia elétrica (PL 1.917/2015 – correção de desequilíbrios estruturais e conjunturais, planejamento e reorganização do modelo) e telecomunicações (PLC 79/2016 – mudança do regime de concessão para autorização para a telefonia fixa com intuito de ampliar investimentos na banda larga, entre outros pontos).

Há ainda iniciativas para revisar e aperfeiçoar trâmites transversais, como os do licenciamento ambiental (PL 3.729/2004 – planejamento, simplificação processual e modernização legal), agências reguladoras (PL 6.621/2016 – fortalecimento institucional, uniformidade processual e transparência) e contratação pública (PL 1.292/1995 – nova lei para a administração pública contratar bens e serviços, com atenção para infraestrutura e seguros garantia).

Vale ressaltar ainda o processo de abertura comercial em planejamento pelo governo central, que precisa ser metódico e programado, para que a indústria – representa pouco mais de 10% do PIB hoje, mas é responsável por mais de 30% da arrecadação fiscal – possa continuar a ser motor de geração de riqueza, tecnologia e empregos.

O Brasil é um dos países com menor taxa de investimento público em relação ao PIB e na estrutura do gasto público e também onde o setor privado já assume parcela principal dos aportes em infraestrutura, diferentemente do que ocorre em países emergentes e desenvolvidos que registram bons indicadores de crescimento econômico anual.

O caminho para a retomada do investimento e da atividade econômica de forma mais pujante começa em 2019. O resultado será função do sucesso na condução da agenda de reformas estruturais – o que abre espaço no orçamento público para o investimento em infraestrutura – e da aprovação da agenda legislativa da infraestrutura – que tem potencial para acelerar os investimentos privados, aperfeiçoar a regulação e melhorar o ambiente de negócios. Essa é a agenda.



**Venilton Tadini,**  
is the President of Abdib

## The moment is positive. For now.

After going through the biggest recession in its history and struggling with very weak economic activity, the moment is positive for Brazil to start recording faster growth. The structural reform agenda is practically a consensus, including the administrative (reduction of government spending and the government structure), property (privatization and sale of real estate), social security, tax and fiscal reforms. Investments in infrastructure are a priority. The significant renewal in the National Congress was also a good omen for the necessary changes and reforms.

We do not expect any major surprises in the international market in the short term. U.S. interest rates should not be raised any time soon. This helps maintain a stable capital flow in Brazil. Once the reforms have been implemented, we expect to see fiscal comfort, with interest and inflation rates under control. In this ideal scenario, even an external turmoil would find a country with a more robust arsenal for fiscal and monetary management.

During the electoral process and in the transition period, Abdib had the opportunity to discuss the needs and proposals for resuming economic growth and recovering

investments in infrastructure in Brazil. The 2018 Agenda of Proposals for Infrastructure, prepared by Abdib, lists measures for this purpose.

Fortunately, the current government has chosen to invest in infrastructure to drive economic activity. Strengthening the Investment Partnership Program (PPI) was a wise decision to make progress on this front without wasting time, since there is a backlog of projects in the pipeline for short-term bidding across all sectors, totaling R\$ 186 billion in investment. In the transport area alone, for example, studies are being conducted for 59 projects, totaling R\$ 111 billion in investment.

In addition, the early renewal of railway concessions and the successful development of new railroad projects may change the country's transport matrix and productivity levels. However, the issue of unbalanced federal concessions in the transportation areas, especially airports and highways, is yet to be solved. An alternative is the friendly return, introduced by Law 13,448/2017, which is still ineffective due to lack of regulation. Without a solution, there is a significant risk of transferring to the Judiciary the responsibility for defining investments in some of the country's main transportation assets.

One of the main aspects of the business agenda for the infrastructure sector is the legal certainty required for investment, a fundamental principle that mostly emanates from laws, rules and government decisions, acts and intentions (ratified or not) over time. The role of oversight and control agencies is currently a critical factor. Controlling and overseeing government programs, projects and spending, focusing on legality or efficiency, cannot be confused with the role of developing guidelines and characteristics of public policies applicable to executive branch agencies.

Another crucial point is the strengthening of the long-term financing system, boosting the

# 7

capital market and extending infrastructure debentures to overseas investors and pension funds – all supported by a secure guarantee system for foreign exchange risk.

In the oil sector, higher oil prices and lower pre-salt exploration costs allowed the resumption of the virtuous cycle of investment interrupted by the Petrobras crisis. With the regulatory changes and the auctions held in recent years, there are potential investments of R\$845 billion by 2027, considering contracted projects already under development. There is a schedule of auctions, which will attract global investors to the opportunities available in Brazil. Similar adjustments need to be made to the model and regulation of the power sector, which has structural imperfections and requires improvements in order to give investors more security.

But there is still a lot to be done. A simple comparison between two figures calculated by Abdib leaves no room for doubt. The first shows how much investment in infrastructure Brazil needs every year (4.31% of GDP, corresponding to R\$ 284.4 billion). The second reveals how much is actually being invested (1.7% of GDP, on average, between 2016 and 2018, corresponding to R\$ 110.0 billion). The gap is huge.

Part of these investments will depend on the approval of the infrastructure legislative agenda, composed of bills and executive orders that have gone through several stages of the legislative process, having received favorable evaluations, or been revised by rapporteurs – having thus been the subject of many discussions by members of Congress, government and productive sectors. It would be important not to waste the progress made and vote on them quickly.

There are regulatory review processes in the areas of basic sanitation (Executive Order 868/2018 – increased private participation and improved regulatory quality), natural gas (Bill 6,407/2013 – sector reorganization by reducing Petrobras' share in the entire production chain),

electricity (Bill 1,917/2015 – correction of structural and cyclical imbalances, planning and reorganization of the model) and telecommunications (Supplementary Bill 79/2016 – change in the fix telephony regime from concession to authorization in order to increase investments in broadband, among other issues).

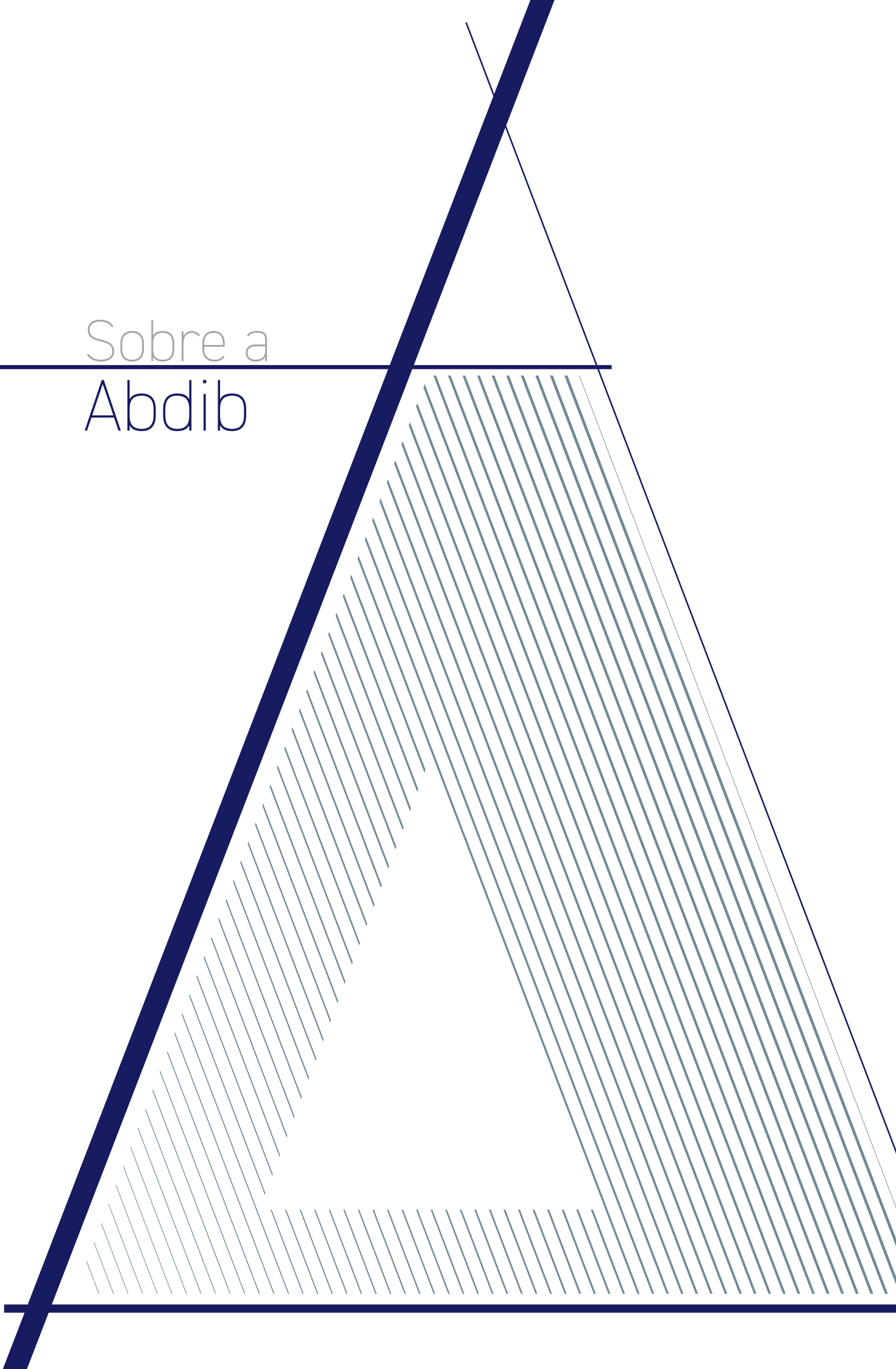
There are also initiatives to review and improve transversal procedures, such as environmental licensing (Bill 3,729/2004 – planning, process simplification and legal modernization), regulatory agencies (Bill 6,621/2016 – institutional strengthening, uniform procedures and transparency) and public procurement (Bill 1,292/1995 – new law for the procurement of goods and services by government, focusing on infrastructure and guarantee insurance).

It is also worth mentioning the trade opening process being planned by the central government: it needs to be thorough and carefully thought out so that industry sector – which currently accounts for a little more than 10% of GDP, but absorbs more than 30% of tax collection – can drive wealth generation, technology advances and job creation.

Brazil has one of the world's lowest public investment-to-GDP ratios, and investments account for a small share of public spending; the private sector already accounts for the lion's share of investments in infrastructure, contrary to what happens in emerging and developed countries with healthy economic growth indicators.

The path to stronger recovery in investment and economic activity begins in 2019. The result will depend on the success of the structural reform agenda – which makes room in the government budget for investments in infrastructure – and the adoption of the infrastructure legislative agenda, which has the potential to accelerate private investment, implement better regulations and improve the business environment. This is the agenda.

Sobre a  
Abdib



# 9

## Missão

Fundada em 1955, a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, cuja missão é:

- ▲ Contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Brasil por meio da expansão dos investimentos em infraestrutura e indústrias de base.
- ▲ Fortalecer a competitividade das empresas de bens e serviços para infraestrutura e indústrias de base.
- ▲ Colaborar com agentes públicos e privados na busca de soluções consistentes para viabilizar investimentos.
- ▲ Ampliar a participação das empresas brasileiras no mercado global de infraestrutura.

## Associadas

A Abdib congrega uma ampla gama de empresas públicas e privadas que participam de todas as fases dos negócios (estruturação, investimento e operação) nos setores de infraestrutura e indústrias de base, tais como concessionárias de serviços públicos, fabricantes de equipamentos, prestadores de serviços como engenharia e escritórios de advocacia, grandes usuários de infraestrutura, fundos de private equity, seguradoras, bancos de investimentos e empresas de consultoria, entre outras.

Atualmente, a Abdib conta com mais de cem empresas associadas atuantes nas áreas de energia elétrica, petróleo e gás natural, transportes, saneamento ambiental, telecomunicações e indústrias de base.

A entidade conta com um Código de Conduta e de Governança Interna cuja adesão das empresas associadas é obrigatória. Dessa forma, a Abdib passou a atuar de forma mais incisiva na orientação sobre normas e condutas éticas nos setores de infraestrutura, enfatizando conceitos e comportamentos que ratifiquem a integridade nos negócios, a defesa da concorrência e a livre iniciativa.

## Valores

- ▲ Atuar de forma ética no relacionamento com públicos internos e externos.
- ▲ Ser transparente, disseminar informações aos associados de forma equânime e informar a sociedade sobre ações e objetivos da associação.
- ▲ Atender às expectativas das empresas associadas com senso crítico, responsabilidade e em concordância com as normas e leis.
- ▲ Trabalhar com agilidade, simplicidade e objetividade, maximizando recursos técnicos e humanos com inovação e criatividade.

## Estrutura de Governança:

### Conselhos e Presidência

O Conselho de Administração é composto por 20 integrantes, presidentes de algumas das maiores empresas do país, com a função de contratar e orientar o presidente-executivo e estabelecer as diretrizes para o planejamento estratégico e da gestão.

O presidente-executivo, com dedicação exclusiva, é responsável pela administração geral e pela execução do plano de atividades da Abdib definido pelo Conselho de Administração com apoio do Conselho Consultivo e comitês.

O Conselho Consultivo é composto por 40 integrantes com a função de assessorar o Conselho de Administração em matérias de planejamento da Abdib e acompanhar o desenvolvimento das atividades de comitês e grupos de trabalho.

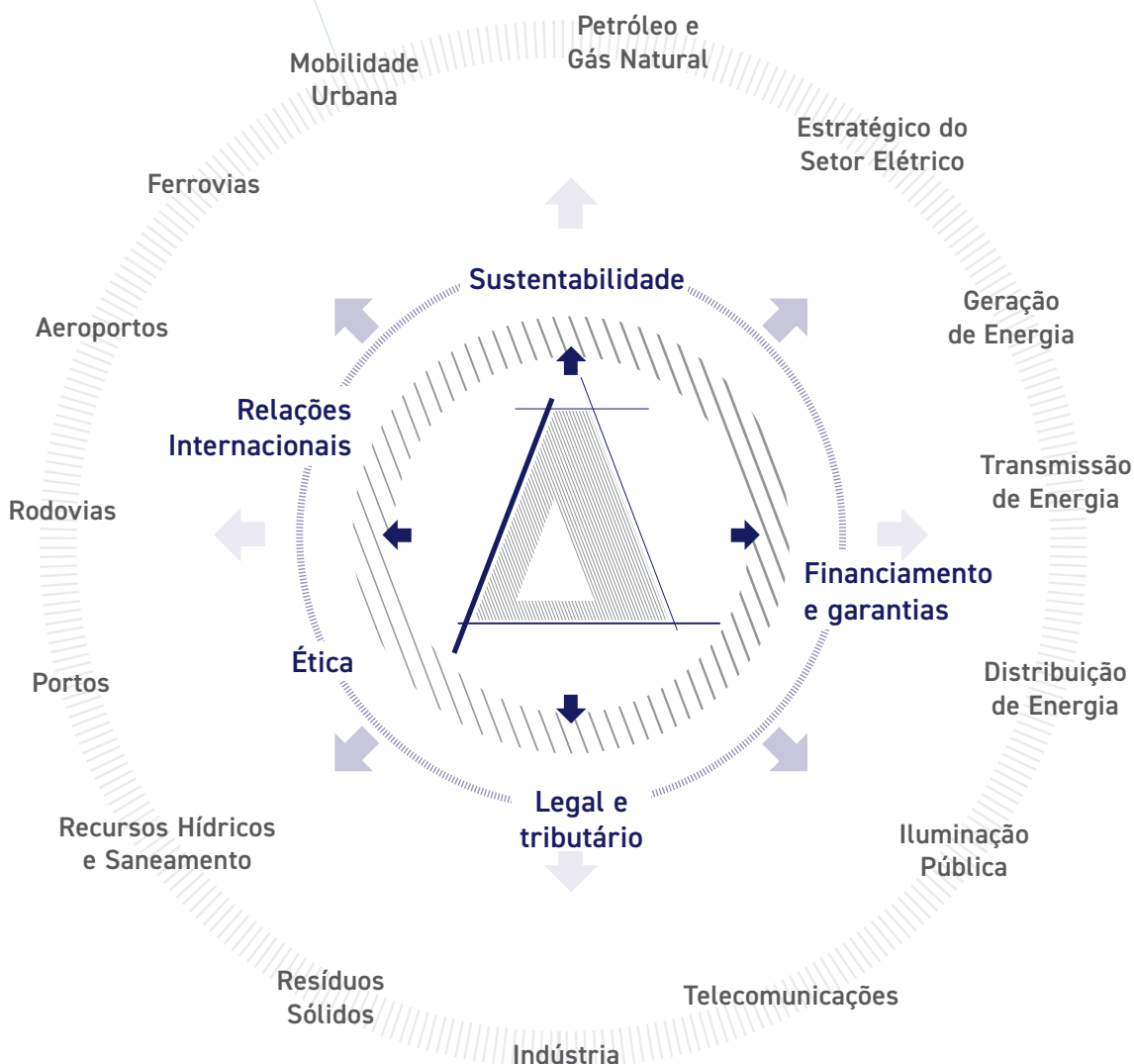


## Comitês e grupos de trabalho

A Abdib conta atualmente com 20 comitês de trabalho - 15 deles abordando pautas setoriais e outros cinco tratando de questões matriciais a todos os setores de infraestrutura. Para alguns assuntos, grupos de trabalho são criados internamente nos comitês para dar continuidade aos temas demandados com mais profundidade e foco. Em 2018, os comitês da Abdib promoveram 96 reuniões com cerca de 2.000 participantes no total.

Os comitês são a base organizacional para a formulação de diagnósticos e contribuições. Como resultado do trabalho dos comitês, a Abdib produz periodicamente agendas de propostas. Em 2018, para dialogar com candidatos no processo eleitoral, foi lançada a "Agenda de Propostas para a Infraestrutura 2018" com diretrizes e sugestões para dinamizar o investimento em infraestrutura.

### Estrutura operacional: **comitês matriciais e setoriais**



## Comitê de financiamento e garantias

### Objetivo:

Avaliar as fontes de recursos para projetos de infraestrutura, identificar limitações para seus usos e sugerir estruturas de garantias (projetos/financiamento) para mitigar os riscos de operação/bancabilidade.

### Plano de Ação:

- Acelerar as discussões para a implementação de "project finance non recourse" e para as garantias necessárias e fortalecer o seguro garantia como mitigador de risco.
- Atuar para desenvolver seguros contra risco de variação cambial para captação de recursos externos.
- Atuar junto às instituições oficiais de crédito (BNDES, Caixa e BB) para definições de modalidades e condições de aplicação de recursos para a infraestrutura.
- Atuar junto ao mercado de capitais para ampliação de debêntures de infraestrutura (fundos de pensão e mercado externo).
- Atuar em conjunto com BNDES, Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e seguradoras, entre outros, para melhor estruturação de projetos e respectivas garantias.

**Coordenador: Venilton Tadini (Abdib)**

## Comitê de sustentabilidade

### Objetivo:

Identificar, avaliar e propor ações aos problemas enfrentados pelo setor que devem ser encaminhadas às autoridades competentes, considerando os principais gargalos identificados: insegurança jurídica (necessidade de uma lei federal que embase o processo de licenciamento ambiental para evitar discricionariedade e diminuir judicialização), legislação ambiental (além de esparsa e baseada em normas infralegais, é necessário construir marco regulatório para

tratar de questões sociais), dados ambientais (insuficiência de dados e informações ambientais e de cooperação entre os órgãos competentes), órgãos intervenientes (compensações sem relação com impactos ambientais causados pelo empreendimento, mas sim para suprir carências institucionais não atendidas pelo Estado) e concessões (contribuir nas audiências e consultas públicas).

### Plano de Ação:

- Levantamento e acompanhamento das propostas de lei no âmbito do Congresso Nacional sobre licenciamento ambiental estabelecendo parcerias com os órgãos públicos envolvidos para propor melhores práticas sobre licenciamento ambiental.
- Contribuir, com os demais comitês, na análise dos termos de referência, nas audiências e consultas públicas para as PPP e concessões de infraestrutura.
- Contribuição com os órgãos licenciadores na construção de termo de referência para cada tipologia de empreendimento de infraestrutura.
- Estabelecer parcerias com outras instituições não governamentais para buscar soluções técnicas e jurídicas no âmbito da sustentabilidade empresarial para propor ao governo.
- Identificar parceiros e elaborar proposta de norma para mediação ambiental.
- Elaboração de documento demonstrando os entraves do licenciamento ambiental, inclusive propondo ações de melhoria com os instrumentos de gestão e aplicação de recursos do governo.
- Discutir temáticas importantes, no âmbito do licenciamento ambiental, para propor procedimentos específicos, como exemplo: compensação ambiental, compensação florestal, georreferenciamento e documento de origem florestal, área de preservação permanente.

**Coordenador: José Maria de Paula Garcia (Abdib)**

## Comitê legal e tributário

### Objetivo:

Dar suporte jurídico às iniciativas de desenvolvimento de negócios da entidade, bem como às associadas em matéria legal em temas coletivos que digam respeito a atividades operacionais relacionadas à infraestrutura. São duas linhas de atuação. A primeira, prospectiva, visa o desenvolvimento de nova legislação, regulamentos e normas que impactem o setor. A segunda, reativa, visa solucionar problemas enfrentados pelo conjunto de empresas associadas em suas atividades. Dentro dessas definições, o comitê dará apoio aos órgãos diretivos e comitês da entidade.

### Plano de Ação na área jurídico e regulatória:

- Levantamento e monitoramento de propostas de lei de interesse dos setores de infraestrutura em trâmite no Congresso Nacional.
- Apoio na elaboração de notas técnicas para aprimorar projetos de lei.
- Acompanhamento de temas nos quais há modificações recentes, como processos de relicitação, prorrogação antecipada de concessões ferroviárias, processos de caducidade; prorrogação do prazo de investimentos em concessões rodoviárias.
- Acompanhamento de projetos e desestatizações no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).
- Acompanhamento da evolução da pauta decisória do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Supremo Tribunal Federal (STF).
- Apoio em audiências e consultas públicas relativas a projetos de concessões e PPPs.
- Apoio na estruturação de projetos via Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).
- Acompanhamento da agenda regulatória das agências reguladoras federais.
- Apoio às demandas dos comitês setoriais.

### Plano de Ação na área tributária e fiscal:

- Acompanhamento das propostas de lei em trâmite no Congresso Nacional.
- Acompanhamento acerca da aplicação e entendimentos expedidos por todos os poderes

acerca de recentes diplomas normativos de interesse do setor.

- Acompanhamento dos incentivos fiscais de interesse do setor.
- Acompanhamento das medidas a serem adotadas pelos Estados quanto à guerra fiscal.
- Acompanhamento da jurisprudência administrativa e judicial tributária.
- Acompanhamento de teses tributárias em discussão no Poder Judiciário.
- Acompanhamento de ADIs em tramitação no STF.
- Acompanhamento e contribuições para as propostas de reforma tributária.
- Apoio às demandas dos comitês setoriais.

**Coordenador: Lauro Celidonio (Mattos Filho)**

## Comitê de relações internacionais

### Objetivo:

Avaliar e propor recomendações e ações sobre temas ligados ao comércio exterior e à inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústria de base.

### Plano de Ação:

- Discutir estratégias e caminhos para o processo de abertura comercial do Brasil.
- Discutir estratégias e ações para sanar os entraves e reestruturar os mecanismos de crédito à exportação para a infraestrutura e indústria de base.
- Mapear alternativas internacionais para o financiamento da infraestrutura e indústria de base no Brasil.
- Discutir acordos comerciais, especialmente nas áreas de bens, serviços, investimentos e compras governamentais.
- Acompanhar foros internacionais relevantes para a infraestrutura e indústria de base, tais como BRICS, Organização Mundial do Comércio (OMC), Mercosul e OCDE, entre outros.
- Acompanhar temas que impactam a competitividade do comércio exterior e inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústria de base.

**Coordenador: Daniel Godinho (Weg)**

# 13

## Comitê petróleo e gás

### Objetivo:

Propor e apoiar iniciativas que assegurem o pleno desenvolvimento do setor de petróleo e gás do país e, conseqüentemente, promovam projetos de infraestrutura e oportunidades para empresas fornecedoras de bens e serviços.

### Plano de ação:

- Promover os aprimoramentos legais e infralegais para assegurar um ambiente de negócios atrativo ao investimento no setor de óleo e gás, tendo como premissas competitividade, sustentabilidade e equilíbrio entre interesses de fornecedores e petroleiras.
- Incentivar programas para o desenvolvimento da infraestrutura setorial, a exemplo do programa americano de ampliação dutoviária (Master Limited Partnerships – MLPs).
- Defender um mercado livre para o gás natural seguindo boas práticas internacionais, assegurando atração de investimentos, competição, diversidade de agentes, acesso à infraestrutura e participação ativa dos agentes.
- Aprimoramento da política de conteúdo local, com apoio a criação e criação de mecanismos de incentivo e bonificação, a exemplo do Pedefor.
- Revisão da cláusula de P&D para contratos de concessão para assegurar o acesso dos centros de pesquisa das empresas a esses recursos. Aproximar as políticas de conteúdo local e de ciência e tecnologia, incluindo fundos setoriais e cláusula de P&D da ANP.
- Na atividade onshore, induzir a entrada de mais empresas pequenas e médias no upstream brasileiro; estimular a exploração de bacias terrestres de nova fronteira; apoiar o plano de desinvestimentos de ativos onshore da Petrobras e a cessão de direitos dos campos maduros de baixo potencial de produção e riscos reduzidos.
- Fomentar a exploração dos recursos não convencionais no país por meio de iniciativas próprias e do apoio às ações das autoridades governamentais e agentes setoriais.
- No midstream, defender que o modal dutoviário

seja estimulado e incorporado no planejamento estatal, gerando oportunidade de investimentos para vários segmentos.

- No downstream, garantir um mecanismo de mercado estável para o reajuste de preço dos derivados, condição necessária à construção de novas unidades de refino privadas no Brasil. Estímulo à política de desinvestimento da Petrobras nas refinarias.
- No gás natural, instituir o novo marco regulatório com objetivo de adotar boas práticas internacionais; atrair investimentos; aumentar a competição; diversificar agentes; aumentar o dinamismo e o acesso à informação; respeitar contratos firmados; e garantir a existência de um agente regulador forte e com boa capacitação técnica.

**Coordenador: Marcos Cintra (Tenaris Confab)**

## Comitê de geração de energia

### Objetivo:

Apoiar a Abdib com análises e propostas para interlocução com agentes públicos e privados para a construção de um ambiente favorável ao investimento que garanta segurança no suprimento elétrico a partir do aproveitamento das mais variadas fontes energéticas disponíveis no Brasil, com sustentabilidade financeira, ambiental e segurança jurídica.

### Plano de ação:

- Apoiar a revisão e aperfeiçoamento do modelo do setor elétrico com base na Consulta Pública 33/2017 do Ministério de Minas e Energia.
- Trabalhar para a implantação de solução para o risco hidrológico.
- Contribuir para o desenvolvimento de análises e propostas sobre expansão hidrelétrica, revisão do modelo de contratos, questão indígena e corredores ambientais.

**Coordenador: José Maria de Paula Garcia (Abdib)**

## Comitê de transmissão de energia

### Objetivo:

Propor e apoiar iniciativas para atração de investimentos e que garantam a rentabilidade adequada para setor de transmissão de energia.

### Plano de Ação:

- Propor medidas para a Aneel para o aprimoramento do modelo regulatório do setor de transmissão de energia com o objetivo de torná-lo mais atrativo, eficiente e produtivo.
- Atuar em busca de uma maior estabilidade regulatória. As mudanças frequentes nas políticas públicas e na regulação aumentaram o risco e afugentam os investidores qualificados. Por isso, é necessário trabalhar para manter as regras estáveis e para garantir a remuneração contratada no momento da decisão dos investimentos com o reestabelecimento da margem de lucratividade nas revisões tarifárias das transmissoras.
- Desenvolvimento e apoio de iniciativas que atraiam agentes robustos com capacidade física e financeira para a execução das obras, que reduzam a burocracias nos processos a cargo do poder público, que fortaleçam as garantias e sua exequibilidade e que tragam agilidade na transferência de concessões com problemas de execução.
- Atuar nas discussões da metodologia de cálculo que seja aderente à prática de mercado para garantir a remuneração adequada para os investimentos. A remuneração regulatória deve estar adequada às condições de mercado, tanto para ativos a serem licitados, como para ativos operacionais que necessitem de substituição, reforços ou melhorias.

**Coordenador:** João Procópio

## Comitê de iluminação pública

### Objetivo:

Avaliar, propor e instituir soluções e recomendações visando promover as PPPs voltadas à modernização da iluminação pública

– e outras funcionalidades a ela associadas – e nos municípios brasileiros.

### Plano de Ação:

- Promover ação de Influência junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a regulamentação da interface entre sistemas de iluminação pública com a rede de distribuição de energia elétrica com participação em audiências públicas e validação com Aneel.
- Desenvolver nova fase do Guia de Boas Práticas em PPPs de Iluminação Pública da Abdib com a padronização de minutas de documentos críticos do ciclo de PPPs no setor (projetos de lei, PMIs, editais e contratos).
- Prosseguimento das ações e viabilização/ condução dos projetos municipais de PPPs de iluminação pública.
- Desenvolver uma proposta de um novo modelo de regulamentação da COSIP (visa evoluir nas disposições sobre a contribuição para custeio da iluminação pública).
- Desenvolver uma proposta de modelo de contrato de PPP de iluminação pública que habilite receitas acessórias em ativos municipais. O objetivo é avaliar as possibilidades e desenhar soluções para permitir a agregação de funcionalidades urbanas ao contrato de PPP de iluminação pública, via receitas acessórias.

**Coordenador:** Miguel Noronha (BMPI)

## Comitê de recursos hídricos e saneamento

### Objetivo:

Apontar caminhos que possam contribuir para o maior compartilhamento dos serviços de saneamento básico, entre parceiros públicos e privados, visando a universalização dos serviços, e trabalhar para consolidar o ambiente jurídico institucional a fim de construir um marco regulatório seguro para o desenvolvimento de soluções.

# 15

## Plano de Ação

- Atuação para aprovação da MP 868/2018 com interlocução junto ao governo a fim de sugerir contribuições que sejam de interesse do setor, articuladas com outras instituições, para aprovação do novo marco regulatório do setor e adequação dos interesses das companhias públicas e privadas a fim de universalizar o setor o mais rápido possível.
- Dar assistência necessária a ANA (Agência Nacional de Águas) como protagonista no novo ambiente regulatório do setor, bem como identificar e orientar novos municípios e companhias estaduais interessados no desenvolvimento de parcerias com o setor privado com apresentação de sugestões para simplificação de legislação setorial.
- Atuar junto aos agentes públicos de modelagens de PPPs e concessões, articulando com os órgãos públicos ações para o incentivo ao desenvolvimento de modelagens e também ajudando na prospecção de municípios interessados em ser alvo dos estudos, com acompanhamento dos resultados para avaliação do modelo de negócio instituído.
- Criação de fundo com gestão do Banco Mundial para desenvolver estudos de novos projetos para dinamizar concessões e PPPs de saneamento básico com municípios brasileiros.

**Coordenador: Rogério Tavares (Aegea)**

## Comitê de resíduos sólidos

### Objetivo:

Oferecer sugestões de ações e propostas para os problemas e entraves enfrentados pelo setor, que podem e devem ser encaminhadas às autoridades, de forma a retratar as necessidades do setor. Dentre os temas objeto do comitê estão a garantia da sustentabilidade econômico-financeira, o desenvolvimento e aperfeiçoamento da governança pública e a busca de uma maior segurança jurídica para o setor de resíduos sólidos.

### Plano de Ação:

- Divulgação do ISLU 2018 e elaboração do ISLU

2019 apontando a importância da arrecadação específica para a implementação da PNRS e atingimento das metas dos ODS/ONU para gestão e manejo de resíduos sólidos assumidas pelo governo brasileiro.

- Elaboração e difusão de estudo sobre cobrança/taxa dos serviços em cidades de referência nos cinco continentes para avaliar práticas mundialmente adotadas para desenvolvimento sustentável do saneamento sólido nas cidades.
- Acompanhamento institucional dos projetos de lei que impactam o setor, como, por exemplo: insalubridade na atividade profissional de limpeza, proteção da trabalhadora gestante ou lactante, reforma regulatória do saneamento básico e regras para contratação pública.
- Desenvolvimento do Programa de Integridade Setorial, incluída a elaboração de cartilha de orientação anticorrupção com base em cases.
- Acompanhamento dos julgamentos do STF (embargos de Declaração da Decisão do STF que impediu a implantação e operação de aterros sanitários em APPs) e manifestações através de Amicus Curie (julgamento de recurso contra a cobrança de tarifa por concessionária de serviços de limpeza urbana em Joinville).
- Realização do seminário internacional – Intercâmbio Brasil e Estados Unidos, em conjunto com a National Waste & Recycling Association, para demonstrar como os Estados Unidos superaram os desafios de implementar a gestão e manejo de resíduos sólidos.
- Monitoramento do status de implantação do MTR Eletrônico nos diferentes estados.

**Coordenador: Carlos Villa (Solví)**

## Comitê de indústria

### Objetivo:

Diante da queda da participação da indústria de transformação no PIB e o advento de novos paradigmas tecnológicos, como o da indústria 4.0, o comitê procurará avaliar a estrutura produtiva brasileira no que tange a sua competitividade e produtividade para que o setor possa recuperar a

# Planos de trabalho dos comitês 2019

centralidade no desenvolvimento econômico e social do país a luz das experiências internacionais bem-sucedidas.

## **Plano de Ação:**

- Liderar uma discussão para o desenvolvimento de uma política industrial nacional ampla de longo prazo e engajando outras instituições, visando o protagonismo do empresariado na formulação de proposta.
- Compatibilizar a política industrial à política macroeconômica, considerando como fundamental a reforma tributária para a agenda do desenvolvimento industrial.
- Liderar a discussão para o fomento de investimentos em infraestrutura junto a outras instituições e alinhadas às melhores práticas mundiais tendo como base um estudo sobre impactos e benefícios gerados pelos investimentos para a produtividade e competitividade dos setores industriais brasileiros.
- Aprofundar o entendimento dos gargalos da infraestrutura na ótica dos Estados e apoiar os governos estaduais na busca de soluções para destravar os investimentos e garantir a implantação de tecnologias modernas (por exemplo, infraestrutura 4.0). Dar maior eficiência e apoiar a transição energética, considerando o gás natural na matriz de energia elétrica.
- Auxiliar nas dificuldades enfrentadas pela indústria de transformação para recuperação dos investimentos e empregos qualificados.
- Apoiar a expansão de linhas governamentais para projetos de fomento a novas tecnologias e inovações.

**Coordenador: André Clark (Siemens)**

## **Comitê de ferrovias**

### **Objetivo:**

Avaliar e propor ações e recomendações com vistas a ampliar a participação do modal ferroviário na matriz de transportes do país, bem como sugerir ações que resultem em investimentos na malha existente – por meio da prorrogação dos contratos em vigor – assim como a ampliação da malha – com novas concessões

– tudo com intuito de trazer maior eficiência ao setor de transporte, reduzir custos logísticos e fomentar o setor produtivo.

## **Plano de Ação:**

- Apoiar a regulamentação da Lei nº 13.448/2017. Dentre os dispositivos a serem regulamentados, apontam-se os temas da extinção do contrato de arrendamento e de desfazimentos de bens inservíveis.
- Apoiar as ações do novo marco regulatório do setor ferroviário – PLS 261/2018 – que trata de temas como a exploração indireta do transporte ferroviário de carga pela União por autorização e autoriza a autorregulação ferroviária, entre outras coisas.
- Apoiar a projeto de lei das agências reguladoras que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social, entre outros pontos.
- Estudar estratégias para evitar a tributação (cobrança de IPTU) de bens públicos arrendados por empresas ferroviárias privadas concessionárias de serviço público federal.
- Acompanhar junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) os processos ligados à renovação de concessões ferroviárias, e dar suporte técnico, quando possível.
- Propor adição de itens no Reporto e prorrogação dos convênios ICMS.
- Apoiar os benefícios tributários para o diesel utilizado em modos de transporte de alta capacidade com o objetivo de diminuir os custos operacionais, ampliando a utilização das ferrovias no transporte de cargas.
- Auxiliar nos estudos de reestruturação do setor ferroviário.

**Coordenador: Júlio Fontana (Rumo)**

## **Comitê de rodovias**

### **Objetivo:**

Avaliar e propor soluções e recomendações para aumentar o investimento em implantação, duplicação, manutenção e operação do sistema viário, incluindo apoio na interlocução com representantes dos órgãos públicos. Demonstrar a importância dos investimentos públicos para o

# 17

desenvolvimento do setor e da logística nacional em conjunto com as concessões e parcerias público-privadas.

## Plano de Ação:

- Acompanhar as novas licitações e eventuais alterações regulatórias e legais que tenham impacto no setor.
- Propor alternativas para as concessões rodoviárias em dificuldades financeiras e regulatórias (especialmente processos de reequilíbrio econômico e financeiro) e avaliar as soluções propostas até o presente momento (indenização, relicitação, entre outras).
- Acompanhar e discutir os temas relacionados ao equilíbrio contratual.
- Analisar a efetividade dos PMIs (procedimento de manifestação de interesse) e MIPs (manifestação de interesse privado) bem como propor alternativas para elaborar projetos eficientes do ponto de vista da prestação de serviços públicos, da viabilidade econômica e financeira e do cumprimento de metas.
- Avaliar e propor modelos de contrato e regulação para as novas rodadas de licitação de concessões e PPPs de rodovias.
- Desenvolver propostas de estruturas de financiamento que sejam adequadas às novas realidades contratuais.
- Auxiliar na interação com órgãos de controle, poder concedente e agências reguladoras com o intuito de minimizar os ônus gerados pela prestação ineficiente de serviços públicos e pela postergação de investimentos.
- Avaliar as externalidades positivas, especialmente econômicas, dos investimentos em infraestrutura rodoviária.

**Coordenador: Daniel Keller (UNA)**

## Comitê de mobilidade urbana

### Objetivo:

Desenvolver estudos e indicar alternativas que serão apresentados ao poder público, tendo como objetivo apoiar a criação de uma instituição pública independente, na forma de uma Autoridade

Metropolitana de Transportes (AMT), que terá como principal função definir políticas públicas e diretrizes para o desenvolvimento e gestão do sistema de transportes de grandes regiões metropolitanas.

## Plano de Ação:

- Desenvolver modelo de Autoridade Metropolitana de Transportes que possa ser implementado em regiões metropolitanas acima de 1 milhão de habitantes.
- Identificar arcabouço legal e institucional existente e/ou a ser desenvolvido que viabilize a criação do modelo de AMT escolhido.
- Identificar potencial região metropolitana para desenvolver um projeto piloto.
- Identificar principais fatores que, além da inexistência de uma Autoridade Metropolitana de Transportes, dificultam o desenvolvimento da mobilidade urbana, desenvolvendo soluções que possam ser apresentadas e discutidas com autoridades públicas e representantes do setor privado.
- Identificar estruturas de financiamento e garantias para projetos de mobilidade urbana.

**Coordenador: Flávio Carvalho (CCR)**

## Comitê de aeroportos

### Objetivo:

Oferecer sugestões de ações e propostas para as concessões aeroportuárias existentes e futuras, encaminhando-as às autoridades competentes.

## Plano de Ação:

- Acompanhar os leilões da 5ª rodada e contribuir nos estudos das próximas rodadas de concessão de aeroportos.
- Contribuir na definição da fórmula de cálculo da indenização em casos de devolução e posterior relicitação de aeroportos conforme estabelecido na Lei 13.448/2017.
- Propor melhoria da regulação dos desequilíbrios com o objetivo de tornar mais ágil a regulação dos pleitos de reequilíbrio em concessões do setor.
- Propor alternativas para financiamento de concessões no novo cenário de menor apoio do BNDES e maior disponibilidade do mercado de capitais.

**Coordenador: Marcelo Allain (BR Infra Group)**

# Comitê de Financiamento e Garantias



## Mudanças estruturais

A DEMANDA POR FINANCIAMENTO DIMINUIU NA ESTEIRA DA QUEDA DOS INVESTIMENTOS E OS BANCOS PÚBLICOS PASSARAM A ATUAR COM RESTRIÇÕES. NESSA TRANSIÇÃO, HÁ SOLUÇÕES EM GESTAÇÃO

O Comitê de Financiamento e Garantias da Abdib tem sido nos anos recentes<sup>1</sup> o epicentro para a discussão sobre as fontes de recursos e a estrutura de garantias para suportar o volume maciço de investimentos em infraestrutura que o Brasil requer. O debate ocorre em cenário de restrições do lado da oferta e da demanda. Se em uma frente a procura por recursos diminuiu momentaneamente, devido à queda no fluxo de investimentos, em outra os bancos públicos de fomento passaram a atuar com restrições<sup>2</sup>, o que limita a oferta de crédito para investimentos.

Em cenário de transição, os mesmos atores terão novos papéis. O mercado de capitais apoiará de forma crescente o financiamento de projetos por meio de debêntures. Por meio do comitê, a Abdib atuou novamente em 2018 para estender para fundos de pensão e para pessoas físicas estrangeiras os benefícios

fiscais para compradores destes títulos. E, em paralelo, há esforços para reforçar e dar credibilidade à estrutura de garantias<sup>3</sup>, sobretudo para fases de construção, viabilizando financiamentos sem garantias corporativas – *o project finance non recourse*.

A Abdib ainda reforçou a interlocução com instituições públicas de fomento, como BNDES e Caixa, para que elas continuem a participar no financiamento da infraestrutura, sobretudo quando a atividade econômica acelerar e a demanda por recursos crescer novamente, inclusive por parte de empreendedores dispostos a conduzir projetos de maior dimensão e com taxas de retorno menos elevadas – como no caso das ferrovias, por exemplo. As avaliações envolveram, de forma mais ampla, o papel dos bancos públicos nos desembolsos, no impulso ao mercado de capitais e na estruturação de projetos.

1 Após reestruturação em 2016, o comitê inclui também seguradoras, corretoras e fundos de investimento.

2 Substituição da TJLP pela TLP e devolução antecipada de recursos ao Tesouro Nacional.

3 O Comitê de Financiamento e Garantias idealizou proposta e entregou para BNDES, ministérios e PPI.



### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de cinco encontros:

- Propostas para os candidatos na disputa eleitoral de 2018.
- Ampliação do uso do seguro garantia em licitações públicas, concessões e PPPs.
- Avaliação de modelos de negócios mais plausíveis ao financiamento

# Comité de Sustentabilidade



## Agenda verde

PARA MELHORAR A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DE INFRAESTRUTURA, O COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE FOCA A ATIVIDADE NA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS



Ao planejar ações para conduzir em 2018, os especialistas que integram o Comitê de Sustentabilidade da Abdib apontaram a principal iniciativa do grupo: contribuir para o Congresso Nacional aprovar uma legislação nova para o trâmite do licenciamento ambiental de obras de infraestrutura com significativo impacto ao meio ambiente. Uma Lei Geral do Licenciamento, avaliaram os gestores das empresas, é essencial para dar mais segurança jurídica ao substituir um arcabouço legal formado por normas esparsas, baseada em atos infralegais<sup>1</sup>.

As expectativas foram depositadas no PL 3.729/2004. De quatro comissões na Câmara dos Deputados, foi aprovado em duas e ainda gera discussões em outras duas<sup>2</sup>. Em uma delas, o então relator, deputado Mauro Pereira (PMDB-RS), entregou 13 versões do

relatório<sup>3</sup> – e nenhuma delas nunca foi votada. A Abdib realizou diversas reuniões com representantes de órgãos públicos e dos setores produtivo, rural e ambiental, como Ibama, Ministério do Meio Ambiente, Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

No entanto, no fim de 2018, ainda sem perspectivas de votação final do PL 3.729/2004, entrou no radar o PLP 404/2014. Na avaliação do Comitê de Meio Ambiente, em reunião em dezembro, o projeto tem potencial de tornar o trâmite do licenciamento ambiental ainda mais complexo ao exigir que a emissão da licença prévia passe a depender da anuência do ente federativo estadual. Atualmente, estados podem manifestar-se de maneira não vinculante, respeitados prazos e procedimentos do licenciamento ambiental.

<sup>1</sup> Na maioria, normatizado por resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

<sup>2</sup> Situação em dezembro de 2018.

<sup>3</sup> Destaque para melhorias sobre compensação ambiental e área de influência.

### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de dois encontros:

- Propostas para os candidatos na disputa eleitoral de 2018.
- Avaliação e propostas para Medida Provisória 809/2017 (compensação ambiental).
- Avaliação e propostas para PL 466/2016 (passagens de fauna em rodovias e ferrovias).

# Comitê

Legal e Tributário



## Diretriz estratégica

A ABDIB TEM UM COMITÊ PARA ANALISAR ASSUNTOS DE CARÁTER TRIBUTÁRIO, FISCAL, JURÍDICO E REGULATÓRIO QUE INTERFEREM NOS SETORES DE INFRAESTRUTURA. A PAUTA É SEMPRE EXTENSA

1 São duas linhas de atuação. A primeira é o desenvolvimento de nova legislação, regulamentos e normas. A segunda é a solução de problemas enfrentados pelo conjunto das empresas.

2 Entre várias propostas, a Abdib abordou o uso do seguro garantia em contratações para empreendimentos de infraestrutura.

3 Propostas da Abdib abordaram temas como análises de impacto regulatório para embasar a tomada de decisões, mecanismos que reforçam a autonomia financeira e proteção jurídica dos profissionais no exercício das funções.

Em abril de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu contra os contribuintes em dois casos de cobrança de IPTU em terminais portuários, questão que transbordou para outros setores de infraestrutura. A repercussão e a abrangência do tema geraram muitas dúvidas – e o debate seguiu obrigatoriamente para o Comitê Legal e Tributário da Abdib. A instância, que analisa e dá orientações para assuntos de caráter tributário, fiscal, jurídico e regulatório, tornou-se responsável por traçar uma estratégia para mitigar – ou até reverter – os estragos.

Nos setores de infraestrutura, a complexidade regulatória se equipara à do sistema tributário. Esse cenário faz com que o Comitê Legal e Tributário da Abdib seja um ambiente recorrente para os representantes das empresas associadas compartilharem

problemas presenciados na condução dos negócios e dos investimentos, sempre em busca de exemplos, diretrizes e estratégias que auxiliem nas soluções. O grupo também tem a competência de produzir avaliações referentes a alterações legislativas que afetam setores de infraestrutura<sup>1</sup>.

A pauta, naturalmente, é extensa e complexa. Ao longo de 2018, entre outros temas, os especialistas avaliaram questões como o regime das empresas concessionárias e permissionárias (PEC 39/2015), a proposta para uma nova lei de licitações e contratações públicas (PL 1.292/1995)<sup>2</sup>, o projeto de lei que altera normas de gestão, organização, processo decisório e controle social das agências reguladoras (PL 6.621/2016)<sup>3</sup> e uma minuta de decreto que regulamenta o uso da arbitragem pelo Estado de São Paulo.



### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de dez encontros:

- Projetos de lei sobre descontos ou isenção de pedágio.
- Inclusão, na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, de disposições sobre segurança jurídica e eficiência na aplicação do direito público (Lei 13.655/2018).
- Propostas de reforma tributária e sugestões para candidatos na disputa eleitoral de 2018.

# Comité de Ética





## Mercado mais íntegro

O COMITÊ DE ÉTICA DA ABDIB TEM SIDO O CONDUTOR DE UM CONJUNTO DE DISCUSSÕES QUE OBJETIVAM FORTALECER A LISURA E A RETIDÃO NAS PRÁTICAS COMERCIAIS NOS SETORES DE INFRAESTRUTURA

1 Aprovado pelas instâncias superiores da Abdib em 2016, o documento disciplina o relacionamento dos executivos da Abdib e dos empresários que participam da associação com agentes públicos, entre diversas questões.

2 No Brasil, as primeiras proposições ocorreram na década de 80 (PL 25/1984), arquivado em 1987. Desde 2000, houve mais de 15 propostas parlamentares para o tema.

3 Arquivado no dia 28/12/2018 ao fim da legislatura anterior.

4 Entre os exemplos apontados, estão casos de elevado poder discricionário do ente público ou interrupção de pagamentos de contratos.

O Comitê de Ética da Abdib tem a responsabilidade de propor iniciativas que culminem no fortalecimento da integridade no ambiente de negócios dos setores de infraestrutura – e o grupo tem correspondido às tarefas. Se nos anos anteriores a pauta envolveu a elaboração do Código de Conduta e de Governança Interna da Abdib, que já conta com a adesão formal<sup>1</sup> das empresas associadas, ao longo de 2018 as discussões abordaram temas como regulamentação da atividade de lobby e mapeamento de riscos e vulnerabilidades.

O processo legislativo de regulamentação da atividade de lobby é antigo<sup>2</sup>. Atualmente, há dois projetos de lei conduzidos no Congresso Nacional. O PL 1.202/2007 autoriza o credenciamento de lobistas para acompanharem reuniões públicas,

identificando instituições ou empresas para as quais trabalhem ou sejam representantes. Prevê registro de audiências nas agendas públicas. Já o PLS 336/2015<sup>3</sup> prevê cadastro de profissionais do lobby e acompanhamento de reuniões mediante identificação dos grupos representados.

Outra discussão importante é a elaboração de uma matriz de riscos e vulnerabilidades no relacionamento das empresas com a administração pública. O trabalho foca, como premissa, apenas riscos externos originados pela ação de entes públicos, considerando que os riscos internos já são gerenciados pelas próprias companhias nos respectivos sistemas de integridade. O objetivo é identificar medidas que possam ser endereçadas para combater a origem<sup>4</sup> – e não somente a consequência – de casos de corrupção.

### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de três encontros:

- Compartilhamento de iniciativas de vanguarda sobre integridade e compliance.
- Difusão de iniciativas das empresas associadas que representem melhores práticas no tema.

# Comitê de Relações Internacionais





## Inserção global

MAIS DO QUE EXPORTAR, COMITÊ DA ABDIB PASSOU A ATUAR TAMBÉM NA AVALIAÇÃO DE ACORDOS INTERNACIONAIS, NA PROPOSIÇÃO DE SEGURO CAMBIAL E NA FORMAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Relações Internacionais da Abdib foi revigorado para compreender uma pauta mais ampla. Isso porque o desafio de ampliar exportações de equipamentos, bens e serviços de engenharia pode ser facilitado a partir da conclusão de acordos internacionais<sup>1</sup> – nas áreas de bens, serviços, investimentos e compras governamentais – e com maior inserção global das empresas, sobretudo em mercados relevantes. Esse papel foi desempenhado em cooperação com comitês voltados para o setor industrial e para soluções na área de financiamento.

Em coordenação com o Comitê de Financiamento e Garantias, foram discutidas estratégias para reestruturar mecanismos de crédito à exportação<sup>2</sup>. A ideia foi apresentar argumentos que justifiquem o reforço necessário nas políticas brasileiras de crédito

para exportação, como fazem outros países. Outras propostas foram discutidas em fóruns com empresas e órgãos governamentais do BRICS e do New Development Bank (NDB): seguros para risco cambial e um fundo para financiar investimentos com aportes dos países membros.

Sobre acordos comerciais, a Abdib, por meio do comitê, interagiu com autoridades públicas para avaliar as ações governamentais para o Brasil aumentar a participação no comércio mundial. Em meio às avaliações sobre redução de barreiras tarifárias na América do Sul para criar uma zona de livre comércio no continente e sobre a conclusão de acordos de convergência regulatória, de investimentos e de compras governamentais<sup>3</sup>, a Abdib demonstrou apoio à abertura comercial, mas com cautela e reciprocidade necessárias.

<sup>1</sup> Brasil tinha acordos de investimento com 11 países latino-americanos e africanos em abril de 2018.

<sup>2</sup> As propostas foram inseridas na Agenda de Propostas para a Infraestrutura 2018, documento produzido pela Abdib para dialogar durante e depois do processo eleitoral.

<sup>3</sup> O Brasil ainda não é signatário destes acordos.

### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de dois encontros:

- Participação em eventos para explicar desafios e propostas.
- Inserção em foros internacionais relevantes, como BRICS.
- Monitorar temas como facilitação de comércio, regimes aduaneiros e regulamentações.

# Comité de Petróleo e Gás Natural



## Mudança de estratégia

NOS ANOS RECENTES, REVIRAVOLTAS NA POLÍTICA DE CONTEÚDO LOCAL APOSTAM NA EXPANSÃO DOS INVESTIMENTOS E DAS ENCOMENDAS, EXIGINDO ADAPTAÇÃO DA INDÚSTRIA FORNECEDORA

O ano de 2018 não foi tranquilo para os fornecedores de bens e serviços para as atividades de petróleo e gás natural. Nos últimos anos, houve redução de obrigações da Petrobras<sup>1</sup> no pré-sal e a definição de um calendário de leilões de concessões e partilha, gerando otimismo com mais investimentos. Mas houve também novo desenho para a política de conteúdo local, o que gerou insegurança jurídica e expectativas ruins inicialmente. O Comitê de Petróleo e Gás Natural da Abdib se transformou em palco para avaliar mudanças e redefinir estratégias.

Uma das mudanças ocorreu com o Repetro, regime fiscal aduaneiro que suspende a cobrança de tributos federais na importação de quaisquer<sup>2</sup> equipamentos para o setor de petróleo e gás, principalmente as plataformas de exploração. Outra foi a redução de índices de conteúdo local para os futuros leilões nos

regimes de concessões e partilha e para os blocos já contratados, incluindo perdão para obrigações de conteúdo local que foram descumpridas. No entanto, houve um alento com a publicação de um programa<sup>3</sup> para estimular a modernização da cadeia produtiva, no qual o setor deposita expectativas.

A política de conteúdo local foi instituída no passado para compensar custos de produção mais elevados<sup>4</sup> e dar às empresas nacionais melhores condições de competição com fornecedoras estrangeiras na oferta de bens e serviços utilizados no desenvolvimento dos blocos de óleo e gás. Agora, a estratégia é acelerar investimentos que ampliem encomendas e oportunidades para todos os competidores. Essa diretriz não desobriga, no entanto, o poder público de promover as reformas que reduzam custos tributários, financeiros, trabalhistas e logísticos.

1 Lei de 2010 obrigava a Petrobras a ser operadora única no pré-sal, com participação mínima de 30%.

2 Antes, a isenção era válida somente para compras de equipamentos estrangeiros sem similar nacional.

3 O Pedefor (Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural) foi instituído pelo Decreto nº 8.637, de 15 de janeiro de 2016.

4 Fatores intrínsecos ao chamado custo-Brasil.



### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de três encontros:

- Monitoramento do processo legislativo para reformar a regulação do gás natural.
- Recomendações para política de bonificação que incentiva contratação local.
- Propostas para os candidatos na disputa eleitoral de 2018.

Comitê  
Estratégico do  
Setor Elétrico



## Visão integrada

O COMITÊ ESTRATÉGICO DO SETOR ELÉTRICO SURTIU POR DEMANDA DAS EMPRESAS PARA ATUAR EM UMA ESFERA ONDE AS QUESTÕES PUDESSEM SER TRATADAS COM VISÃO SISTÊMICA NO LONGO PRAZO

**1** Formado pelos presidentes das companhias do setor elétrico.

**2** O encontro na Aneel ocorreu em novembro de 2018, em Brasília.

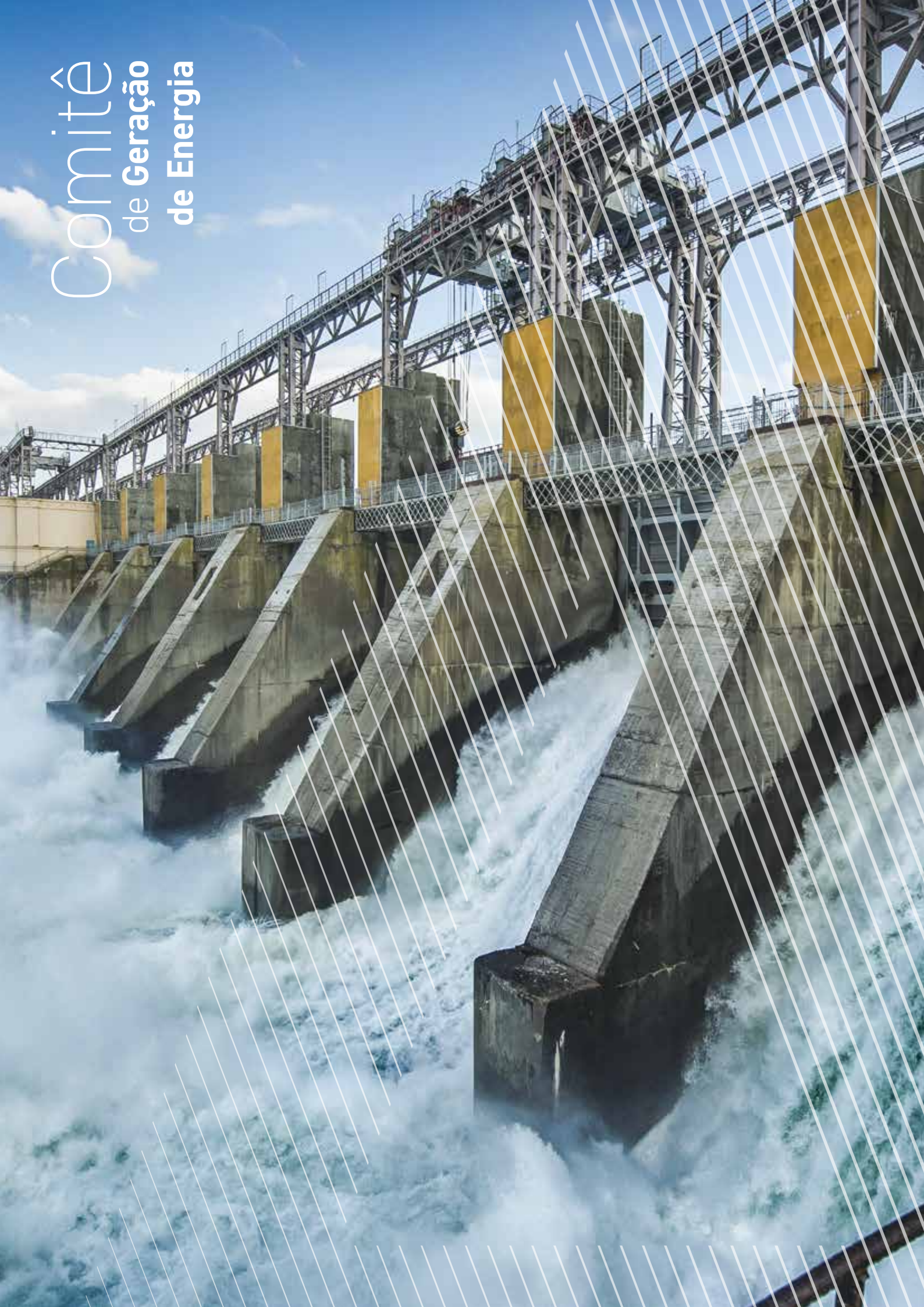
**3** Na transmissão de energia, houve proposta para garantir renumeração para investimentos em obras de melhorias.

O Comitê Estratégico do Setor Elétrico<sup>1</sup> surgiu na crise e prosperou na oportunidade. Ainda em 2014, a Abdib alertou autoridades sobre um problema então pouco conhecido, mas complexo, que ameaçava colocar em xeque a sustentabilidade financeira de todo o complexo energético: o *generation scaling fator* (GSF), traduzido pela expressão risco hidrológico. O grupo, na época denominado Comitê Crise Energética, conduziu estudos e formulou propostas, contribuindo com o poder público para mitigar os problemas.

Mitigados os problemas naquela ocasião, as empresas mantiveram-se convencidas da importância de manter um fórum para análises e propostas estruturantes de curto e longo prazo compreendendo os setores de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia de forma integrada e sustentável. Em 2018, o comitê suportou a atuação da Abdib em reunião<sup>2</sup> com a diretoria da Aneel, agência reguladora de energia elétrica, na qual foi possível indicar os desafios mais urgentes para a atuação do ente regulador.

Quatro temas foram listados: aprimoramento regulatório, estabilidade regulatória, assegurar a conclusão das obras na qualidade e prazo estabelecido e garantir a remuneração adequada<sup>3</sup> para os investimentos. Propostas sugeridas: reconhecer na base de remuneração regulatória investimentos em tecnologia, harmonizar regulação de energia elétrica e gás, reestabelecer margem de lucratividade das empresas nas revisões tarifárias, fortalecer garantias e adotar instrumentos para assegurar a entrega das obras nos prazos e quantidades contratadas.

# Comitê de Geração de Energia



## Mapa de oportunidades

ANÁLISES NO COMITÊ CONTRIBUÍRAM PARA FORTALECER O POSICIONAMENTO DA ABDIB EM DIVERSAS QUESTÕES ENVOLVENDO A EXPANSÃO ENERGÉTICA A PARTIR DO APROVEITAMENTO DE MÚLTIPLAS FONTES

Nas reuniões do Comitê de Geração de Energia da Abdib, as discussões envolveram principalmente questões em torno da segurança energética a partir do aproveitamento das múltiplas fontes de energia disponíveis no Brasil. Para os empresários, essa diretriz deve ser cumprida levando em consideração premissas como um planejamento de médio e longo prazo que privilegie a sustentabilidade e a estabilidade do sistema. Esse debate contribuiu para fortalecer o posicionamento da Abdib com o poder público sobre diversos temas mais complexos.

Um deles é o desenvolvimento de projetos hidrelétricos de todos os portes<sup>1</sup>, inclusive com reservatórios, aproveitando benefícios tanto para a geração de energia quanto para a gestão dos recursos hídricos. Outro tema avaliado que permitiu dar solidez às propostas

setoriais feitas pela Abdib foi a inserção mais acelerada do gás natural na base da matriz elétrica, o que oferece mais segurança energética e estabilidade ao sistema elétrico diante do crescimento da participação de fontes intermitentes, como solar e eólica.

O Comitê de Geração de Energia também avaliou fatores críticos para o desenvolvimento de hidrelétricas, como revisão do modelo de contratos, equacionamento da questão indígena, corredores ambientais, governança e comunicação com a sociedade. Há um estudo inédito em condução por diversos agentes do setor elétrico<sup>2</sup> para mensurar os atributos positivos das hidrelétricas com o objetivo de organizar informações, evidências e estatísticas para esclarecer e desmistificar diversos aspectos a respeito da expansão da geração hidrelétrica.

**1** Potencial estimado de 14.000 MW em mais de cem hidrelétricas com potência entre 150 MW e 180 MW.

**2** O estudo é conduzido por empresas associadas ao Fórum para o Desenvolvimento das Hidrelétricas Médias.



### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de dois encontros:

- Renovação de bancos de preços de referência de órgãos públicos.
- Normas para ressarcimento de estudos realizados pelo setor privado.
- Solução para o risco hidrológico (GSF, em inglês).

# Comitê de Transmissão de Energia





## Monitoramento constante

PROCESSOS NORMATIVOS E FISCALIZATÓRIOS EXIGEM CADA VEZ MAIS ESFORÇOS DAS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO. PARA REDUZIR TAL ÔNUS, A REGRA É NÃO DESPERDIÇAR CONSULTAS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Boa parte do calendário do Comitê de Transmissão de Energia no ano foi preenchida com tarefas associadas à participação da Abdib em consultas e audiências públicas organizadas por órgãos do setor elétrico, como Ministério de Minas e Energia, Aneel (agência reguladora) e ONS (operador do sistema). Em 2018, foram feitas contribuições para 12 desses processos, que exigem análises de notas técnicas, avaliação de riscos, coleta de dados e simulações. Sem contar mais de 20 assuntos setoriais cujas sugestões foram enviadas separadamente.

O monitoramento constante por empresários e especialistas do Comitê de Transmissão de Energia pretende evitar que processos de normatização e de fiscalização criem custos novos e exijam esforços desnecessários das empresas para cumprir a regulação. Regras

que obrigam procedimentos mais detalhistas nem sempre entregam o resultado esperado – mais disponibilidade<sup>1</sup> dos equipamentos e sistemas de transmissão de energia. Em muitos casos, as concessionárias – que sabem como ninguém como operar a rede – perdem dinamismo<sup>2</sup>.

Com o ONS, houve participação em cinco grupos para discutir descontos<sup>3</sup> por indisponibilidade dos equipamentos (parcela variável), entre outros. Para a Aneel, a Abdib enviou contribuições para temas como regras para qualidade da prestação dos serviços, taxa regulatória de remuneração do capital e de revisão das receitas anuais permitidas. Com o ministério, sugestões para planejamento da expansão, concepção de estudos, realização de leilões e autorização de reforços e melhorias em instalações.

1 Entre 2008 e 2014, mais de 75% dos equipamentos permaneceram disponíveis 99,9% do tempo.

2 A Abdib tem defendido uma regulação mais meritória e menos procedimental.

3 Apesar de disponibilidade maior, as penalidades subiram de 0,5% para 2,0% da receita anual.

### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de 12 encontros:

- Contribuir para a elaboração da agenda regulatória do setor.
- Ações para garantir a remuneração contratada no momento da decisão dos investimentos.
- Análises e interlocução para garantir remuneração adequada para reforços e melhorias nas instalações.

# Comitê de Iluminação Pública





## Iluminação mais moderna

EM UM MERCADO COM ENORME POTENCIAL E EM ASCENSÃO, EMPRESÁRIOS E ESPECIALISTAS FORMARAM UM COMITÊ NA ABDIB PARA CONDUZIR AÇÕES COM OBJETIVO DE FORTALECER E CONSOLIDAR O SETOR

Até pouco tempo atrás, as redes de iluminação pública eram administradas por distribuidoras de energia. Em 2010, a agência reguladora de energia elétrica estipulou que essa gestão deveria ser transferida aos municípios, que passariam a administrar também as receitas – a contribuição paga pelos consumidores na conta de luz – para manter tal infraestrutura. O prazo limite para essa transferência ocorrer foi 31 de dezembro de 2014. Uma das motivações foi criar condições para reduzir despesas<sup>1</sup> e melhorar o serviço.

Essas mudanças impulsionaram o surgimento de um novo mercado – o de operação de sistemas de iluminação pública pelo setor privado. E também o surgimento do Comitê de Iluminação Pública da Abdib. O objetivo foi identificar entraves e propor soluções para o desenvolvimento de PPPs

em um mercado potencial<sup>2</sup> e em ascensão<sup>3</sup>. No comitê, os especialistas identificaram que, diante de fragilidades na elaboração e na formatação de estudos e também na condução dos processos pelos gestores municipais, muitos projetos não chegam à fase de leilão.

A Abdib atuou em três frentes para contribuir com o fortalecimento do mercado: a estruturação de projetos municipais, a elaboração de um guia de boas práticas em PPPs para orientar gestores municipais e modernização da regulação que normatiza a interface entre distribuidoras de energia elétrica, prefeituras e concessionárias de iluminação pública. Nessa terceira frente de trabalho, um diagnóstico feito pela Abdib convenceu a Aneel a abrir audiência pública para preencher lacunas regulatórias que podem impactar o desempenho das PPPs.

<sup>1</sup> A redução do gasto com energia em redes de iluminação modernizadas atinge entre 40% e 50%.

<sup>2</sup> Estima-se que os 5.570 municípios brasileiros congreguem 18 milhões de pontos de luz.

<sup>3</sup> Segundo a Radar PPP, 253 processos de PPP de iluminação foram iniciados até 2018.

### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de dez encontros:

- Debates com gestores municipais e investidores para identificar lacunas regulatórias.
- Suporte para iniciativas que ampliem a quantidade de estudos e projetos.
- Propostas para os candidatos na disputa eleitoral de 2018.

The background of the page is a blurred, long-exposure photograph of a waterfall, creating a sense of motion and energy. The water is captured in streaks of white and blue, cascading down. Overlaid on this background are numerous thin, white, parallel lines that run diagonally across the page, adding a modern, technical, or architectural feel to the design.

# Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico



## Ficou para 2019

EMPRESÁRIOS APOSTAM EM REGULAÇÃO MELHOR PARA ACELERAR INVESTIMENTOS PRIVADOS. DO SUCESSO DELES DEPENDEM 100 MILHÕES DE PESSOAS SEM COLETA DE ESGOTOS ADEQUADA

Em uma reunião na Abdib em julho de 2018, o então senador Roberto Muniz, convidado para participar de um encontro organizado para discutir propostas para atrair investimentos em infraestrutura de água e esgoto, avaliou que o modelo institucional vigente para o saneamento básico, sancionado em 2007<sup>1</sup>, não foi suficiente para acelerar investimentos voltados para a melhoria da prestação de serviços. Afinal, 100 milhões de brasileiros ainda não contam com coleta adequada de esgotos. Sugeriu que o país não insistisse na estratégia fracassada.

A modernização do modelo institucional e do marco regulatório no saneamento básico foi a principal bandeira dos empresários no Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico. A maior parte das 12 reuniões realizadas em 2018 abordou o tema. Em uma

delas, o diálogo foi com Martha Seillier (Ministério da Casa Civil), que indicou diretrizes das mudanças pretendidas pelo governo federal, descritas depois na Medida Provisória 844/2018. Em diversas instâncias<sup>2</sup> e entrevistas, a Abdib expressou posição favorável ao texto da reforma regulatória.

Vencido o prazo de vigência, em novembro de 2018, a MP não foi votada, o que causou frustração. Mas o propósito permanece. A Abdib, que participou em todas as discussões entre agentes empresariais e governamentais em busca de consenso para tornar a votação possível, voltou a contribuir – desta vez com agentes setoriais e a equipe de transição do presidente eleito – para que, tão logo seja possível, a modernização da regulação do saneamento básico volte aos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

**1** O Brasil precisa investir 0,45% do PIB por dez anos seguidos. Mas, desde 2007, investiu entre 0,17% e 0,23% do PIB.

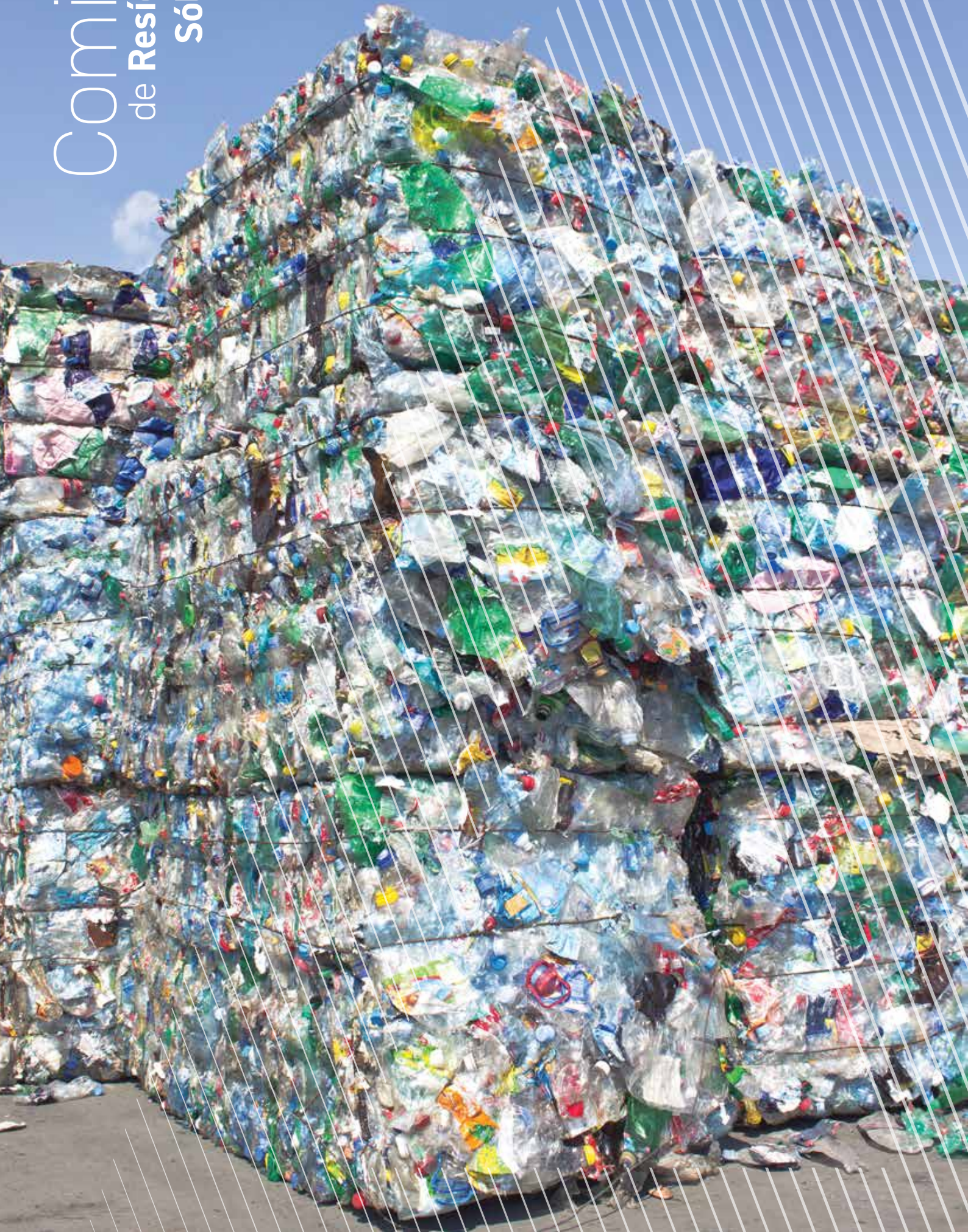
**2** A Abdib defendeu a reforma regulatória em seminário da FGV em 3 de setembro e em outros eventos.

**3** Discussões da Abdib com Ministério do Planejamento, Banco Mundial, IFC e Unops (ONU).

### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de 12 encontros:

- Fundo para estruturação<sup>3</sup> e modelagem de projetos de PPP em parceria com o governo federal e instituições de fomento internacionais.
- Títulos financeiros – ‘green bonds’ – para projetos que contemplem a transição para uma economia de baixo carbono.
- Propostas para os candidatos na disputa eleitoral de 2018.

# Comité de Resíduos Sólidos



## Trabalho consistente

O SETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS TEM ATUADO EM MÚLTIPLAS FRENTES PARA EXPLICAR O QUANTO É IMPORTANTE PARA O PAÍS QUE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO SEJA SUSTENTADA POR RECEITAS PERENES

A tarefa dos empresários no Comitê de Resíduos Sólidos da Abdib não é simples: convencer gestores municipais – e principalmente os munícipes – da pertinência de haver pagamento, por taxas ou tarifas, que suportem a prestação ambientalmente adequada dos serviços de limpeza urbana e resíduos sólidos. O tema é sensível nas prefeituras, que acreditam não existir disposição dos eleitores, mesmo que estes já paguem por serviços como telefonia, banda larga, energia elétrica, gás natural, água e esgoto, transporte urbano e iluminação pública.

A estratégia tem sido construir uma base sólida de informações confiáveis e promover debates para difundir conhecimento, combater mitos e demonstrar os benefícios que a consolidação de receitas estáveis trará para a qualidade da prestação do serviço e para a conservação do meio ambiente. Um

dos pilares da atuação tem sido o Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (ISLU)<sup>1</sup>, indicador setorial criado em 2016. O ISLU evidencia o cumprimento da política nacional de resíduos sólidos – aquela que determinou o fim dos lixões até 2014<sup>2</sup> – e é divulgado para diversos públicos.<sup>3</sup>

Há também monitoramento de jurisprudência e atuação em processos no Supremo Tribunal Federal (STF) para defender a legalidade do pagamento em cidades que já instituíram taxas ou tarifas. E uma parceria foi firmada<sup>4</sup> com instituição dos EUA para absorver melhores práticas de comunicação e de organização institucional do mercado. Atualmente, prefeitos, ministros, governadores, juízes e promotores públicos já consideram taxas e tarifas como instrumento fundamental e justo. Isso mostra que o caminho, apesar de longo, está correto.

1 O ISLU é produzido pelo Selurb em parceria com a PWC e mensura dados de 3.374 municípios.

2 O Brasil ainda tem quase 3.000 lixões em 1.600 cidades, segundo a Abrelpe.

3 As edições do ISLU revelam que é fundamental garantir a autonomia financeira dos serviços sem que eles necessitem ser subsidiados pelo orçamento municipal em detrimento das obrigações com educação, saúde e encargos administrativos.”

4 Acordo de cooperação com a National Waste & Recycling Association (NWRA).



### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de 11 encontros:

- Atuação no Poder Judiciário para frisar o caráter de utilidade pública aos serviços de resíduos sólidos.
- Propostas para os candidatos na disputa eleitoral de 2018.
- Sugestões no processo de reforma regulatória do saneamento básico, que envolve também a atividade de resíduos sólidos.

# Comitê de Telecomunicações



## À espera da reforma regulatória

REFLETIDA NO PLC 79/2016, A MUDANÇA DA LEGISLAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES TEM SIDO O ASSUNTO EM DESTAQUE PARA PAUTA DO SETOR. OS BENEFÍCIOS SÃO ENORMES

**1** Em 2010, a União recriou a Telebras, mas não conseguiu injetar muitos recursos no Plano Nacional de Banda Larga desde então.

**2** A pauta inclui ainda a carga tributária sobre os serviços e dificuldades para instalar antenas.

**3** Estimativas apontam que metade dos 800 mil orelhões pelo país não são utilizados.

O mercado de telecomunicações, 100% privado<sup>1</sup>, tem investido mais de R\$ 30 bilhões anualmente ao longo dos últimos dez anos, em média, em números atualizados, para expandir o acesso e melhorar a qualidade dos serviços de telefonia móvel e fixa e também banda larga. O patamar tem sido expressivo, sobretudo nos últimos três anos, quando o investimento total em infraestrutura, incluindo projetos públicos e privados, registrou valores médios atualizados de R\$ 110,0 bilhões.

Um desempenho satisfatório que, no entanto, não permite negligenciar a urgência de uma reforma regulatória que ofereça incentivos econômicos e um modelo institucional mais aderente às necessidades dos usuários: acesso mais amplo e qualidade melhor na prestação dos serviços de telefonia celular e banda larga. Esse tema foi pauta de reunião entre presidentes da Abdib e da Anatel em março de 2018, em Brasília. Na ocasião, foi possível também discorrer sobre os principais itens da agenda regulatória da agência.

Na pauta mais abrangente<sup>2</sup> da Abdib sobre telecomunicações, a revisão pendente da regulação, refletida no PLC 79/2016, ganhou destaque. A proposta altera a Lei Geral de Telecomunicações e permite substituir o modelo de concessão<sup>3</sup> pelo de autorização na telefonia fixa e ainda oferece solução regulatória para a incorporação dos bens reversíveis. Dado o potencial de investimentos, empregos, desenvolvimento econômico e social, esse assunto consta na agenda prioritária da Abdib com o Poder Legislativo.

### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- Monitoramento da evolução de projetos de lei no Congresso Nacional.
- Propostas para os candidatos na disputa eleitoral de 2018.

# Comité de Indústria





## Sim, é importante

AO LONGO DOS ÚLTIMOS ANOS, HOUE QUESTIONAMENTOS SE O BRASIL AINDA PRECISA DE UMA POLÍTICA INDUSTRIAL. UM SEMINÁRIO REALIZADO EM SETEMBRO DEU UMA RESPOSTA UNÍSSONA PARA AS DÚVIDAS

A participação do setor industrial no PIB<sup>1</sup> caiu pela metade. O uso incorreto de diversos instrumentos de política pública – subsídios, desonerações e renúncias fiscais, entre outros – praticamente impediu o debate racional a respeito do tema política industrial. Pior: houve questionamento até se a indústria é importante para o desenvolvimento econômico. A resposta da Abdib foi a realização de um seminário, idealizado no Comitê de Indústria, reunindo economistas brasileiros e estrangeiros de diferentes escolas de pensamento.

O evento realizado em setembro de 2018 provocou um debate sobre a relevância de uma política industrial que impulse a produtividade e o aumento da competitividade. Além disso, a Abdib distribuiu um documento<sup>2</sup> com avaliações

sobre o resultado das políticas públicas passadas, evidências sobre a importância da indústria para o desenvolvimento e propostas para o setor.

Ao longo do ano, o Comitê de Indústria incentivou o debate sobre uma política industrial de longo prazo, pois indústria é fator gerador de crescimento, tecnologia, emprego e arrecadação tributária. O evento de setembro gerou oito recomendações<sup>3</sup>, entre elas a promoção de um ajuste fiscal que não onere investimentos. Também sugeriu equilibrar juros e câmbio para um patamar que estimule a competitividade do setor produtivo. Além disso, a política industrial deve ter prazos estabelecidos, acompanhamento e metas, além de levar à compulsão para fomentar a organização e a eficiência dos negócios.

<sup>1</sup> Em 1980, a indústria representava pouco acima de 20% do PIB. Em 2017, 11%.

<sup>2</sup> Segundo o documento, o erro mais comum foi criar política industrial desconectada da política econômica.

<sup>3</sup> Outra recomendação é incentivar os setores de baixa e média tecnologia para desenvolver os insumos que vão atender aos setores de alta tecnologia e estimular as exportações.

### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de cinco encontros:

- Debates com autoridades e formadores de opinião e apoio a políticas industriais regionais.
- Discussões sobre estratégias para inserção das tecnologias 4.0.
- Propostas para os candidatos na disputa eleitoral de 2018.

# Comité de Ferrovias



## Um ano para deslanchar

A PAUTA DO COMITÊ DE FERROVIAS – INVESTIMENTOS NAS MALHAS DAS CONCESSÕES ATUAIS E EM NOVOS PROJETOS – REFLETE A ESPERANÇA DE QUE A MATRIZ DE TRANSPORTE BRASILEIRA PODE, ENFIM, MUDAR

Os dois principais assuntos do Comitê de Ferrovias da Abdib – prorrogação de concessões e novos projetos<sup>1</sup> – envolvem o mesmo objetivo: expandir a capacidade da malha ferroviária a partir de novos investimentos, que podem somar R\$ 45 bilhões. Se os planos forem bem-sucedidos, 31% da carga podem passar a ser movimentados por trens. Hoje, são 15%. Em 2018, agentes públicos e privados se envolveram em audiências públicas<sup>2</sup>, estudos e processamento de informações para avançar nas duas frentes. A expectativa é ratificar aditivos<sup>3</sup> e viabilizar novos projetos em 2019.



benefícios dos processos de prorrogação de concessões em andamento.

A frente prioritária é antecipar a prorrogação de cinco concessões ferroviárias que vencem a partir de 2026. Os investimentos vão permitir obras de duplicações de vias, contornos, construção de pátios e terminais e redução de interferências urbanas – o que gera expansão da capacidade de transporte. O mecanismo de investimentos cruzados permitirá construir novos trechos fora da área das atuais concessões. Os empresários também produziram avaliações para regulamentar a Lei 13.448/2017. Essa legislação é importante para efetivar os

A modernização dos contratos, tão importante quanto os novos investimentos, também foi abordada pelo comitê. Passam a constar nos contratos, por exemplo, previsão cronológica de investimentos, item por item, envolvendo expansão de capacidade, segurança e qualidade da infraestrutura. Nos contratos originais, não há previsão de investimentos, apenas metas de produção e segurança. Os contratos também serão detalhistas em cláusulas sobre alocação de riscos e ocorrências com direito a reequilíbrio econômico e financeiro.

**1** Projetos no PPI: trecho central Ferrovia Norte-Sul, Ferrogrão e Ferrovia de Integração Oeste-Leste.

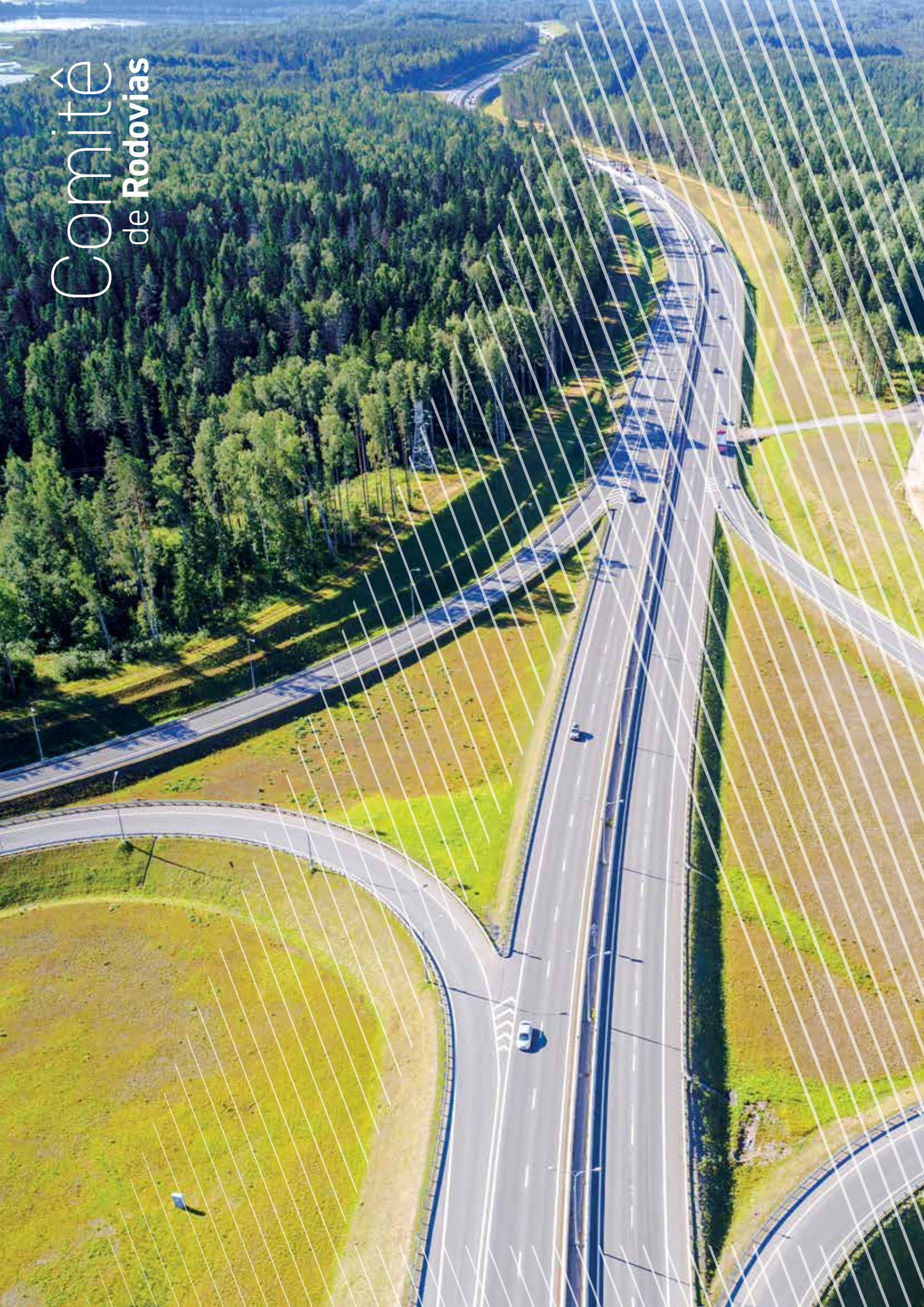
**2** A Abdib se manifestou presencialmente nas audiências públicas, realizadas em setembro, em Brasília.

**3** Previsão: 2º trimestre (Malha Paulista), 3º trimestre (Carajás e Vitória-Minas), 4º trimestre (MRS Logística e Ferrovia Centro Atlântica).

### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de nove encontros:

- Regulamentação da Lei 13.448/2017: extinção de contratos de arrendamento, devolução de trechos ferroviários considerados antieconômicos, inventário de edificações e desfazimento de bens.
- Apoio aos aspectos da Lei 13.448/2017 via amicus curiae.
- Reequilíbrio econômico e financeiro: empresários querem segurança jurídica.

# Comité de Rodovias



## Um olho no futuro, outro no passado

ESSA FOI A TÔNICA DOS ENCONTROS DO COMITÊ DE RODOVIAS, QUE EM 2018 FORAM DEDICADOS PARA AVALIAR NOVOS PROJETOS E CONTRIBUIR PARA REMOVER ENTRAVES NOS CONTRATOS EXISTENTES

Os contratos de concessões rodoviárias com desequilíbrios econômicos e financeiros dominaram a pauta do Comitê de Rodovias da Abdib no início de 2018. Duas alternativas estavam em discussão. Uma, chamada "solução pública", foi materializada na sanção da Lei 13.448/2017, em junho daquele ano.

No entanto, sem regulamentação, a norma permanece inócua<sup>1</sup>. Outra, chamada "solução privada", esboçada na MP 800/2017, não surtiu efeitos após perder validade por falta de votação.

A Lei 13.448/2017 instituiu a devolução antecipada e amigável ao poder concedente para as concessões desequilibradas. Para contribuir com as autoridades, a Abdib produziu e entregou uma análise<sup>2</sup> indicando pontos relevantes para serem endereçados na regulamentação, de forma que ela não se

tornasse inócua. Já a MP 800/2017 propôs diretrizes para reprogramar investimentos, evitando caducidade ou devolução amigável e permitindo continuidade de projetos contratados em boas condições econômicas para a sociedade.

Se não houve solução até então para as concessões desequilibradas, houve algum avanço na oferta em novos projetos. No comitê, empresários avaliaram regras dos editais publicados e dialogaram com autoridades públicas. Em fevereiro, a Abdib organizou encontro para gestores do Governo da Bahia explicarem detalhes da PPP do sistema rodoviário BA-052, concedido em julho de 2018. Em março e agosto, a Abdib sediou reuniões com o Governo do Piauí para a apresentação, entre outros projetos, da concessão patrocinada da rodovia Transcerrados.

1 Até o início de janeiro de 2019, o governo federal ainda não tinha publicado um decreto para regulamentar a Lei 13.448/2017.

2 A análise demandou regras detalhadas para cálculo de indenização em casos de concessões devolvidas, responsabilidades durante o novo processo de licitação e cessar multas e penalidades a partir do ato da devolução, entre outros temas.



### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de quatro encontros:

- Novo modelo para viabilizar concessões patrocinadas de rodovias federais.
- Eficiência dos Procedimentos de Manifestação de Interesse e alternativas para elaborar projetos.
- Propostas para os candidatos na disputa eleitoral de 2018.

# Comité de Mobilidade Urbana





## Bateu na trave

A PROPOSTA DE ADOTAR O CONCEITO DE AUTORIDADES METROPOLITANAS PARA PLANEJAR E ARTICULAR A EXPANSÃO DAS REDES DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS QUASE VINGOU. OS ESFORÇOS CONTINUAM

Quem participa das reuniões do Comitê de Mobilidade Urbana da Abdib logo percebe a atenção que há em torno da Autoridade Metropolitana de Transportes. Trata-se de organizar institucionalmente a atuação dos governos envolvidos no planejamento, articulação, investimento e gestão dos sistemas de transportes de passageiros em metrópoles e conurbações, como fazem capitais globais<sup>1</sup>. Afinal, os deslocamentos não respeitam fronteiras municipais e a coordenação é fundamental para racionalizar recursos.

A Autoridade Metropolitana de Transportes está no radar do Comitê de Mobilidade Urbana há anos. Em 2018, ela quase foi introduzida no arcabouço legal brasileiro. Em meio às discussões da MP 818/2018, que ampliou prazos para a elaboração de planos de

desenvolvimento urbano integrado, houve oportunidade de apresentar para o governo federal e para os parlamentares o escopo, a importância e os benefícios do conceito. Os deputados compreenderam e aprovaram o texto, mas houve veto na sanção presidencial<sup>2</sup>.

Mas o comitê da Abdib tem um plano de ação bem definido. Há contínuas interlocuções com governos estaduais para explicar a importância e os benefícios do conceito de Autoridade Metropolitana, que pode ser facultado a regiões metropolitanas com mais de 1 milhão de habitantes<sup>3</sup> inicialmente e implantado na forma de consórcio público – aproveitando legislação existente. A Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, abrange 39 cidades, 21 milhões de habitantes e dezenas de bilhões de deslocamentos anuais. Obviamente, tem de ter coordenação.

<sup>1</sup> Madri, Barcelona, Londres, Paris, Frankfurt, Berlim e Amsterdã, por exemplo.

<sup>2</sup> Na justificativa, o Poder Executivo alegou riscos de burocracia e de interpretação da norma.

<sup>3</sup> Há no Brasil 27 regiões metropolitanas com mais de um milhão de habitantes.

### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de três encontros:

- Análise de legislação referente à criação de autoridades metropolitanas de transportes.
- Avaliação do funcionamento da autoridade metropolitana em outros países.
- Propostas para os candidatos na disputa eleitoral de 2018.

# Comité de **Aeropertos**



## Programa cinco estrelas

A QUINTA RODADA DE CONCESSÕES FEDERAIS DE ATIVOS AEROPORTUÁRIOS PARA O SETOR PRIVADO DESLIZOU PARA 2019. MAS OS INVESTIDORES NÃO ENXERGARAM NISSO UM MAU SINAL

Dois temas centralizaram as discussões do Comitê de Aeroportos da Abdib em 2018: a modelagem da quinta rodada de concessões de aeroportos federais e a regulamentação de uma lei que oferece uma alternativa para solucionar contratos com graves desequilíbrios econômicos e financeiros. Esses dois assuntos demandaram estudos e interação com autoridades públicas, empresários e especialistas que atuam no mercado. Ambos também são fundamentais para consolidar expectativas positivas existentes no setor.

O comitê se dedicou bastante para contribuir com a regulamentação da Lei 13.448/2017, ainda pendente, que institui condições para devolução de concessões de aeroportos de forma antecipada e amigável para, conseqüentemente, possibilitar uma nova licitação pública dos ativos. É uma alternativa importante à disposição das empresas para solucionar contratos com desequilíbrios econômicos e financeiros. A Abdib produziu uma análise<sup>1</sup>, indicando aspectos relevantes que deveriam ser regulamentados<sup>2</sup>, todos eles críticos para destravar os investimentos.

Além disso, a Abdib contribuiu para o processo de formatação da quinta rodada de



concessões de aeroportos federais, prevista para ocorrer em março de 2019. Após análises no Comitê de Aeroportos, contribuições foram feitas em duas audiências públicas<sup>3</sup> organizadas pela agência reguladora. Estudos, editais e contratos foram considerados de boa qualidade, com regras atrativas às demandas dos investidores. O sucesso do leilão, que será realizado em março de 2019, definirá o futuro do programa de concessões, no qual a Abdib e os investidores depositam expectativas positivas.

1 Diagnóstico entregue em janeiro de 2018 para ministérios, EPL e PPI produzido conjuntamente pelos comitês de Rodovias e de Aeroportos.

2 Um deles é a definição dos critérios da metodologia de cálculo de indenização quando houver devolução de ativos.

3 Realizadas em julho e agosto de 2018.

### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de sete encontros:

- Desdobramentos do processo de recuperação judicial do aeroporto de Viracopos.
- Insegurança jurídica na reabertura aeroporto de Pampulha para voos regionais.
- Análise sobre a cobrança de IPTU nas concessões aeroportuárias.

## Incubadora de soluções

DIVERSAS AUTORIDADES PÚBLICAS, ACADÊMICAS E EMPRESARIAIS PARTICIPAM CONSTANTEMENTE DE REUNIÕES COM CONSELHOS E COMITÊS DA ABDIB. NÃO FALTAM PROBLEMAS NA PAUTA. NEM PROPOSTAS

Uma associação de classe tem diversos objetivos – e talvez o principal seja promover o diálogo entre representantes de empresas associadas e de partes interessadas, incluindo instituições públicas e privadas. Esses encontros servem para entender desafios, idealizar soluções, apresentar argumentos e ouvir o contraditório. Em 2018, diversos convidados especiais participaram de muitas das 92 reuniões organizadas pelos 20 comitês da Abdib.



**Paulo Rabello de Castro**  
Presidente do BNDES

21 de março.

No 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília, conselheiros da Abdib dialogaram com o presidente do BNDES sobre desenvolvimento e papel do

Estado. Ao apresentar o planejamento estratégico do banco, Rabello de Castro defendeu um plano de longo prazo que preserve ações de desenvolvimento do Estado diante das mudanças nos governos.



**Geraldo Alckmin**  
Pré-candidato à  
Presidência da República

05 de junho. Alckmin prometeu aprovar reformas – previdenciária, tributária, do Estado e política – nos seis primeiros meses. Afirmou que é

necessário recuperar a capacidade do poder público de investir em infraestrutura e criar um ambiente favorável para atrair o setor privado – planejamento, segurança jurídica, regulação estável, agências reguladoras despolitizadas.

## 55



**João Prates Romero**  
Universidade Federal de Minas Gerais

12 de junho. O economista propôs modelo alternativo para limitar gastos públicos. Objetivo é equilibrar

contas públicas em um horizonte um pouco maior, mas com efeitos recessivos menores. Sugeriu limites diferenciados de acordo com o tipo de gasto, restringindo menos aqueles mais capazes de acelerar a atividade econômica e arrecadação fiscal.



**Adalberto Santos Vasconcelos**  
Programa de Parcerias de Investimento (PPI)

14 de agosto. Encontro com 40 empresários e cinco secretários do PPI. Em 27 meses, o

PPI trabalhou 191 projetos – 97 foram concluídos (R\$ 152 bilhões em investimentos contratados e R\$ 43 bilhões em outorgas). Coordenadores de comitês da Abdib detalharam sugestões para diversos setores. Melhorias da interlocução e na qualidade de projetos foram destacadas.



**Ciro Gomes**  
Pré-candidato à Presidência da República

14 de junho. Em encontro com 50 empresários, foram apresentadas as

diretrizes do candidato para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e as propostas da Abdib para expandir investimentos em infraestrutura. Ciro Gomes prometeu reformas, aumentar investimento, Estado forte e regulador para parcerias privadas e investimentos em educação.



**Raul Velloso**  
Ph.D. em Economia pela Yale University

14 de agosto. Em encontro com conselheiros da Abdib, debate foi centrado em alternativas para a

recuperação da capacidade de investimento do poder público em um cenário de ajuste nas contas públicas e forte redução dos aportes públicos para expandir sistemas de infraestrutura. Finanças estaduais, ponderou Velloso, serão desafio nos próximos anos.



**Eduardo Guardia**  
Ministro da Fazenda

13 de julho. O diálogo foi focado na conjuntura econômica e perspectivas para investimentos em infraestrutura.

Guardia defendeu a conclusão do processo de ajuste fiscal, pois não há espaço para investimento público no momento, e redução das isenções fiscais, que já representam mais de 4% do PIB, o dobro do que praticam outros países, em média.



**Carlos Alexandre da Costa**  
Equipe econômica do candidato Jair Bolsonaro

26 de setembro. O ex-diretor do BNDES foi recebido por conselheiros da Abdib para discutir

diretrizes e propostas para a infraestrutura e para o crescimento econômico. Costa avaliou a situação econômica e fiscal e indicou que a retomada do crescimento terá como pressupostos reformas previdenciária e tributária, equilíbrio das contas públicas e ganhos de produtividade.

# Encontros e debates | Conselho



**Marcos Ferrari**  
Diretoria de Governos e  
Infraestrutura do BNDES

02 de outubro. Com R\$ 140 bilhões em caixa, o BNDES se ressentiu da falta de projetos para financiar. Por isso, criou

uma área para estruturar projetos, que atua desde a contratação de consultorias até a assinatura do contrato após leilão. Os desembolsos passaram a representar 1% do PIB. A expectativa é aumentar para 2% do PIB em três anos, com metade aplicada em infraestrutura.



**Manoel Carlos de Castro Pires**  
FGV e Universidade de Brasília

08 de novembro. O economista apontou desafios fiscais para o próximo governo e

analisou indicadores públicos de solvência. Pires indicou riscos fiscais imediatos: nova Lei Kandir, precatórios, renegociação das dívidas estaduais, reajuste do Judiciário e inadimplência do financiamento universitário. Sugeriu redução das isenções tributárias (4,1% do PIB em 2017).



**Hamilton Mourão**  
Eleito Vice-presidente da República

03 de outubro. Na semana prévia ao primeiro turno das eleições, o general indicou diretrizes e

propostas para recuperar o crescimento econômico e os investimentos em infraestrutura. Mourão apresentou diretrizes do pensamento da candidatura nas áreas econômica e política. Setores de infraestrutura receberão prioridade e grupos de trabalho detalham planos.



**Bruno Dantas**  
Tribunal de Contas da União (TCU)

04 de dezembro. O ministro do TCU avaliou metodologias e processos de fiscalização, acordos de leniência e

monitoramento de agências reguladoras, órgãos que precisam ser fortalecidos. Analisou ainda temas que geram insegurança jurídica e aprovou a interação com a sociedade e o setor privado, pois há oportunidade de esclarecer dúvidas e estabelecer o contraditório.



**Fernando Abrucio**  
Cientista político e pesquisador da FGV-SP

09 de outubro. Para conselheiros da Abdib, Abrucio avaliou o resultado do primeiro turno das eleições 2018

e também as perspectivas para o segundo turno e para a condução dos mandatos. No âmbito federal, o próximo governo enfrentará muitas dificuldades e deve ser uma gestão de transição até 2022, encerrando ciclo iniciado com crise institucional e política em 2013.



**Jamil Megid Junior**  
General do Exército Brasileiro

04 de dezembro. O general, escolhido para ser titular da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres, ressaltou a

importância de aumentar a qualidade dos projetos, da governança e integridade das ações de infraestrutura. Colheu contribuições sobre caminhos para acelerar investimentos privados e para recuperar aportes públicos em áreas de transportes.



**César Manoel de Medeiros**  
Empresa Mineira de Parcerias

07 de fevereiro. No Comitê de Financiamento e Garantias, o diretor-executivo da EMIP

explicou a estrutura e o objetivo de quatro fundos criados em Minas Gerais para apoiar o investimento no estado, incluindo infraestrutura. Medeiros demandou apoio da iniciativa privada na estruturação de estudos e projetos de infraestrutura em MG em modelo similar ao conduzido pela Abdib para canalizar investimentos em municípios paulistas. Abdib decidiu conduzir esforços com a EMIP para atingir esse objetivo.



**Paul Procee e Carlos Thadeu Abicalil**  
Banco Mundial

16 de março. Os executivos do Banco Mundial propuseram para a Abdib a criação de um fundo para financiar

atividades de estruturação e modelagem de projetos de infraestrutura para municípios, com foco em saneamento básico. A proposta foi resposta a uma consulta do Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da Abdib, que tinha meta de buscar modelos para incentivar a participação privada na estruturação de projetos para impulsionar investimentos em saneamento básico por meio de concessões e PPPs.



**Rogério Vergara |**  
Academia Nacional de Seguros e Previdência

07 de fevereiro. O executivo da ANSP explicou os impactos dos projetos de Lei 029/2017 (normas sobre seguros privados) e 6.814/2017

(regras de contratação pelo poder público) na contratação de seguros para obras e projetos de infraestrutura, tanto nos modelos de obras públicas quanto no de concessões e parcerias público-privadas. Se aprovados, frisou o especialista, companhias corretoras e seguradoras, empresas contratantes de seguros e também financiadores e reguladores terão de buscar adaptações nos procedimentos e contratos.



**Martha Seillier**  
Ministério da Casa Civil

04 de abril. Empresários e especialistas dos setores de saneamento básico e de resíduos sólidos conversaram com a chefe da assessoria especial do ministério

sobre as mudanças pretendidas pelo governo federal no marco regulatório do saneamento básico. O governo federal iniciou o processo de revisão em agosto de 2016 e, na época, estava prestes a seguir para o Congresso Nacional, com objetivo de aumentar investimentos, principalmente, os privados; acelerar a universalização; padronização e eficiência regulatória; e reforçar a segurança jurídica.



**Marcelo Bruzzi | BHIP**

22 de fevereiro. O Comitê de Iluminação Pública recebeu Marcelo Bruzzi, CEO da concessionária privada responsável pela modernização dos 180.000 pontos da rede de iluminação pública da capital mineira – o maior contrato de PPP vigente no Brasil neste setor. A BHIP tem modernizado 5.500 pontos de iluminação por mês para renovar todo o sistema em três anos, com investimento de R\$ 400 milhões. Bruzzi frisou que a interface com distribuidora de energia é fator crítico de sucesso. A Abdib, então, já preparava estudo sobre o assunto.

# Encontros e debates | Comitês



## **Abrão Miguel Árabe Neto** Secretaria de Comércio Exterior

20 de abril. O Comitê Relações Internacionais da Abdib discutiu ações governamentais na área de política comercial

para o Brasil aumentar a participação no comércio mundial e também elevar a contribuição do comércio internacional no PIB nacional. O secretário explicou que, até 2019, a derrubada de barreiras tarifárias na América do Sul deve resultar na criação de uma zona de livre comércio no continente, restando a conclusão de acordos de convergência regulatória e de compras governamentais.



## **Édison Carlos** Instituto Trata Brasil

04 de junho. O executivo apresentou iniciativas para pressionar por mais investimentos em saneamento básico. Ele ressaltou a importância

de haver uma pauta comum para apresentar aos candidatos nas eleições. Um ponto é a coerência e a uniformidade da regulação, pois há mais de 50 agências no Brasil. Outro é a convicção quanto ao investimento privado. Édison Carlos explicou que há fragilidade técnica nas pequenas e médias cidades e muita burocracia para aprovação (demora, em média, 23 meses) e desembolso de recursos públicos para o setor.



## **Décio Oddone | Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**

24 de abril. O diretor-geral da ANP mostrou no Comitê de Petróleo e Gás Natural impactos das

mudanças regulatórias nos últimos dois anos. O potencial de investimento em projetos em desenvolvimento soma R\$ 845 bilhões até 2027. Mesmo com índices de conteúdo local menores, os fornecedores serão beneficiados com o crescimento na atividade petrolífera. Oddone afirmou que o perdão para compromissos de conteúdo local não cumpridos é preferível à judicialização e que o país aproveitará o potencial em campos maduros.



## **Luciano Coutinho e Caetano Penna** Universidade de Campinas e UFRJ

12 de junho. Os acadêmicos apresentaram no Comitê de Indústria da Abdib estudo que

demonstra que o Brasil tem assistido a redução da participação da indústria no PIB sem estratégia, política e investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Em contraposição, países desenvolvidos e emergentes têm apostado no investimento em tecnologia para liderar o crescimento a partir da atividade industrial. Foram avaliados aspectos de uma política industrial eficiente para recuperar a participação da indústria brasileira no PIB.



## **Hailton Madureira | Ministério do Planejamento**

04 de maio. Para empresários de saneamento básico e resíduos sólidos, o Ministério do Planejamento propôs um modelo para a participação das empresas no FEP, fundo instituído pela Lei 13.529/2017 para apoiar a produção de estudos e projetos e, conseqüentemente, dinamizar leilões de concessão e PPPs em áreas de infraestrutura urbana. A Abdib (engajar o setor privado a aportar recursos no fundo com contrapartes do ministério) e o Banco Mundial (gerenciar a contratação de serviços técnicos e estudos) foram convidados para o esforço.



**Luiz Eduardo Barata**  
Operador Nacional  
do Sistema Elétrico

21 de junho. Encontro realizado pelo Comitê de Transmissão de Energia foi importante para conhecer diretrizes da

reestruturação do órgão, cujo objetivo é torná-lo mais eficiente diante de demandas do setor elétrico. Os participantes dialogaram ainda sobre pontos críticos para as concessionárias: descontos determinados na parcela variável sobre a receita anual (as transmissoras de energia avaliam que há penalização excessiva), ataques às instalações de transmissão de energia e inadimplências e garantias, entre outros temas.



**Viviane Bezerra**  
Unidade de PPP do Piauí

01 de agosto. A Superintendente de Parcerias e Concessões do Governo do Piauí apresentou detalhes da PPP da rodovia

Transcerrados, em fase de desenvolvimento pelo governo estadual. Foram explicados aspectos dos estudos técnicos, jurídicos, de engenharia e socioambiental. As avaliações sobre viabilidade econômico-financeira estavam em fase de atualização das estatísticas referentes à demanda. Empresários e especialistas perguntaram sobre estrutura de garantias, taxa de retorno e prazos para as próximas etapas.



**Roberto Muniz**  
Senado Federal

26 de julho. Enviada ao Congresso Nacional dias antes, a MP 844/2018 (reforma regulatória na área de saneamento) foi pauta de reunião

envolvendo empresários de saneamento básico e resíduos sólidos da Abdib e o senador Roberto Muniz. O parlamentar considerou positivo o potencial de transformação da matéria legislativa, que recebeu mais de 500 emendas. Avaliou que o modelo vigente no saneamento até então não contribuiu para expandir investimentos, melhorar a gestão e ampliar a prestação de serviços, ratificando as mudanças propostas.



**Osmar Lima**  
BNDES

23 de agosto. O chefe de Departamento da Área de Desestatização e Estruturação de Projetos do banco de fomento explicou o auxílio do

BNDES aos municípios durante as fases de modelagem econômica, financeira e jurídica para projetos de concessão e PPPs. O BNDES conduz a estruturação de seis projetos municipais e outros dois estão em fase de contratação. O escopo inclui assessoria até a concessão e articulação com diversos atores, com isenção na coordenação dos estudos e projetos e estrutura de garantias sólida.



**Luiz Augusto de Souza Ferreira | Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial**

31 de julho. O presidente da ABDI abordou o papel da agência no desenvolvimento do setor industrial no Brasil e diretrizes para a evolução do conceito de indústria 4.0 no Comitê de Indústria da Abdib. Ele explicou que o Brasil ainda se encontra em estágio nascente neste conceito e que haverá necessidade de qualificação profissional para que trabalhadores sejam absorvidos pelas empresas nos próximos cinco anos. A ABDI, explicou, tem função de propor políticas públicas transversais dentro do governo, como ocorreu no setor de energia eólica.

# Encontros e debates | Comitês



## **Percy Soares Neto |** **Abcon**

29 de agosto. O Comitê de Recursos Hídricos e de Saneamento Básico da Abdib recebeu o executivo da Associação Brasileira das

Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto. O encontro serviu para definir estratégias para articular o diálogo entre agentes setoriais envolvidos nas áreas de água, esgoto e resíduos sólidos em busca de consensos em torno da MP 844/2018, que moderniza o modelo institucional e regulatório do saneamento básico. O objetivo era permitir a votação na matéria no Congresso Nacional ainda em 2018.



## **Henrique Castilho** **Superintendência de** **Desenvolvimento de Belo** **Horizonte**

20 de setembro. O superintendente é o gestor responsável pela execução da parceria

público-privada na área de iluminação pública. Castilho frisou a importância do desenvolvimento de padrões e acordos operacionais entre as concessionárias de iluminação e distribuição de energia devido ao compartilhamento de ativos e responsabilidades, como o cadastro da rede de iluminação pública, expansões no parque de iluminação que dependem da rede elétrica, intervenções próximas da rede de média tensão e troca de postes, entre outros.



## **Fernando Marcato** **FGV**

04 de setembro. Em reunião do Comitê de Ferrovias da Abdib focada na avaliação da evolução dos processos de prorrogação antecipada

das concessões ferroviárias e nas perspectivas para a concessão do trecho central da ferrovia Norte-Sul, os empresários puderam conhecer estudo realizado pelo consultor da FGV que demonstrou os benefícios econômicos e sociais da prorrogação de concessões em comparação a outras alternativas possíveis (como esperar o término das concessões para então realizar novas licitações).



## **Aurélio Lino de Almeida e** **André Oliveira de Araújo** **Caixa**

18 de outubro. Os executivos explicaram para empresários do Comitê de Iluminação Pública da Abdib as ações

da Caixa para estruturação de projetos, apoio técnico a municípios e financiamento de investimentos de PPPs de iluminação pública, replicáveis a outras áreas de infraestrutura urbana. O objetivo da atuação da instituição pública é aumentar a qualidade dos projetos, conferindo maior atratividade, melhorando as condições para o projeto ser financiado e reforçando estrutura de garantias.



## **Justine Leigh-Bell e Thatyanne Gasparotto |** **Climate Bond Initiative**

19 de setembro. A organização internacional fomenta a transição para uma economia global de baixo carbono por meio de assistência para financiamento via mercado de capitais e certificação de projetos. As executivas explicaram para especialistas dos setores de recursos hídricos, saneamento e resíduos sólidos o potencial e o funcionamento do financiamento por "green bonds". A Abdib ressaltou que os títulos podem ser instrumentos para captar recursos de fundos com obrigações de aplicar em ativos que contemplem a diretriz ambiental.



**Aurélio Amaral e  
Luiz Henrique Bispo**  
Agência Nacional do  
Petróleo, Gás Natural e  
Biocombustíveis

05 de novembro. Encontro promovido pelo Comitê de Petróleo e Gás Natural

abordou a política de conteúdo local. Os executivos da ANP explicaram o processo de regulamentação de bonificações para operadores que aumentarem o nível de contratação de bens e serviços fornecidos pela indústria nacional. A iniciativa é parte de um programa de fortalecimento da cadeia produtiva. A Abdib propôs simplificar o funcionamento do mecanismo de bonificação, que pretende incentivar o desenvolvimento tecnológico e a contratação de encomendas.



**Pedro Bruno, Ronei  
Glanzmann e Tiago Pereira**  
PPI, SAC e ANAC

22 de novembro. A 5ª rodada de concessões aeroportuárias foi o tema central de reunião do Comitê de Aeroportos

da Abdib com os executivos do Programa de Parceria de Investimentos, Secretaria da Aviação Civil e Agência Nacional de Aviação Civil. Os palestrantes frisaram que a construção em conjunto com o mercado de diretrizes, regras e mecanismos permitiu ter, como resultado, projetos bem estruturados e boa modelagem. O futuro do programa federal de concessões também foi pautado: mais duas possíveis rodadas com seis blocos e 44 ativos.



**Alexandre Porto**  
ANTT

06 de novembro. O superintendente de Transporte Ferroviário na agência reguladora explicou fases já ultrapassadas e

próximos passos dos projetos qualificados no PPI para novas concessões ferroviárias: trecho central da Ferrovia Norte-Sul, Ferrogrão e Ferrovia de Integração Oeste-Leste. Quanto aos processos de prorrogação de concessões, a perspectiva da ANTT é assinar contratos em 2019: 2º trimestre (Malha Paulista), 3º trimestre (Carajás e Vitória-Minas), 4º trimestre (MRS Logística e Ferrovia Centro Atlântica).



**Bernardo Tavares e  
Fernando Camacho**  
Corporação Financeira  
Internacional

22 de novembro. O Comitê de Iluminação Pública da Abdib conheceu o programa de estruturação

de projetos da IFC, do Banco Mundial, com o governo federal. Os executivos explicaram que o escopo inclui serviços consultivos para identificar e implantar modelos de negócios viáveis e replicáveis de eficiência energética em áreas como iluminação pública e transporte, bem como soluções financeiras (aportes de fundos climáticos associados a recursos privados). Por fim, listaram aperfeiçoamentos regulatórios desejáveis.



**Vicente Abate | Associação Brasileira da Indústria Ferroviária**

06 de novembro. O presidente da Abifer analisou o cenário e as perspectivas para a indústria ferroviária, setor que investiu R\$ 2 bilhões nos últimos dez anos no país. A indústria metroferroviária brasileira tem capacidade instalada para fabricar anualmente 12.000 vagões de carga, 1.200 carros de passageiros e 250 locomotivas. O atraso para viabilizar as prorrogações das concessões ferroviárias e os planos dos governos estaduais tem frustrado encomendas de material rodante (vagões de carga, carros de passageiros e locomotivas).

## Questão essencial

ABDIB E INSTITUIÇÕES DE FOMENTO TRABALHARAM EM MÚLTIPLAS FRENTES PARA AMPLIAR A QUANTIDADE DE BONS PROJETOS DISPONÍVEIS PARA ATRAIR INVESTIMENTO PRIVADO. A COLHEITA COMEÇA EM 2019

**1** Em reunião do Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico realizada dia 12/12/2018.

**2** Em reunião realizada na Abdib em 27/02/2018.

Durante os últimos anos, a disposição de investir por parte de muitas empresas privadas não encontrou respaldo na disponibilidade de projetos de infraestrutura. Mais que isso: muitos estudos disponíveis precisaram ser melhorados, pois as informações eram insuficientes ou estavam defasadas. Por fim, em casos recentes, projetos estruturados pelo setor privado geraram questionamento quanto à assimetria de informações entre competidores. Para enfrentar o desafio, a Abdib atuou em múltiplas frentes, com apoio de instituições de fomento.

Em uma das frentes, Abdib e Banco Mundial acertaram acordo<sup>1</sup> para ampliar a quantidade de projetos bem estruturados à disposição dos investidores. O foco será o setor de saneamento básico. A instituição de fomento global pretende atuar de duas formas: aportando uma parte dos recursos em um fundo que servirá para custear a elaboração dos estudos e também gerenciando a contratação de consultorias e a modelagem dos estudos e projetos. O escopo inclui interação com licitantes e homologação dos contratos.

Na área de iluminação pública, o modelo será o mesmo, mas o parceiro em fase de negociação é o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (Unops), órgão com o qual a Abdib assinou acordo de cooperação<sup>2</sup> cujo escopo inclui, entre outras ações, a estruturação de projetos. Em ambas as iniciativas, há empresas privadas interessadas em aportar recursos nos fundos para suportar os custos dos serviços de estruturação. A elaboração e a modelagem dos estudos serão de responsabilidade das instituições internacionais, com independência e regras próprias de governança.

## Concessão para despoluir

O ESFORÇO PARA REALIZAR A DESPOLUIÇÃO DO RIO PINHEIROS (SP) E DA REPRESA BILLINGS (SP) PELO SETOR PRIVADO PASSA PELA IDENTIFICAÇÃO DE RECEITAS ACESSÓRIAS PARA VIABILIZAR O PROJETO

A Abdib<sup>1</sup> e a Companhia Paulista de Desenvolvimento (CPD) têm trabalhado desde 2017 para viabilizar uma concessão ao setor privado para despoluir o rio Pinheiros e a represa Billings. O lançamento da iniciativa ocorreu em fevereiro daquele ano, com autoridades do Governo do Estado de São Paulo e empresários. Os estudos foram iniciados após a autorização do poder concedente, com o qual foi elaborado um termo de referência ratificado por três secretarias e empresas como Sabesp, Cetesb e Emae. Os estudos técnicos e a modelagem estão em fase de discussões com a nova equipe do Governo do Estado de São Paulo e com a Prefeitura do Município de São Paulo.

Atualmente, a Abdib trabalha para aprofundar os estudos e identificar possíveis receitas acessórias adicionais com a Prefeitura do Município de São Paulo que garantam a viabilidade econômica e financeira da parceria com a iniciativa privada. Ao longo de 2018, a Abdib realizou reuniões com entes públicos com esse objetivo. Os estudos oferecem solução para promover a melhoria gradativa da qualidade da água do canal Pinheiros, permitindo, em etapas, a possibilidade de bombear até 50 m<sup>3</sup>/s de água classe 2<sup>2</sup> para a represa Billings<sup>3</sup>.

Haverá outros impactos positivos: controle de cheias da bacia do Canal Pinheiros, melhoria da qualidade da água da represa Billings, maior disponibilidade hídrica na represa Billings para abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo e da Baixada Santista e ampliação da geração de energia na Usina Henry Borden. Se bem-sucedida, a Abdib pretende replicar o modelo para mirar concessões para despoluição de outros rios e mananciais brasileiros.

**1** A Abdib e a CPD foram responsáveis pela captação de recursos privados para fazer a modelagem do projeto e coordenação das atividades.

**2** Classe 2: água adequada para consumo humano após tratamento convencional, para proteção das comunidades aquáticas e para atividades de recreação.

**3** De acordo com Resoluções Conama 357/2005 e 430/2011.

# Educação Corporativa



## De volta à sala de aula

DESDE 2004, O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA DA ABDIB PARA A INFRAESTRUTURA PROMOVEU 70 CURSOS COM CERCA DE 1.500 ALUNOS QUE APERFEIÇOARAM COMPETÊNCIAS RELEVANTES PARA O SETOR

**1** O *project finance non recourse* possibilita o financiamento sem aporte de garantias corporativas.

**2** Para o primeiro semestre de 2019, estão programados cursos sobre *project finance*, seguros e garantias e negócios em saneamento.

O EduCorp, programa de educação corporativa da Abdib para o setor de infraestrutura, realizou cinco cursos em 2018, sobre temas como financiamento da infraestrutura com foco em *project finance*<sup>1</sup>, negócios em saneamento básico e seguros e garantias para infraestrutura. Desde 2004, quando foi criado, o EduCorp já promoveu 70 cursos, atendendo aproximadamente 1.500 alunos, que encontraram condições de aperfeiçoar competências relevantes para a condução dos projetos de investimentos e negócios no setor.

O programa planeja o conteúdo dos cursos baseado nas necessidades dos alunos. Em seguida, convida para o corpo docente um time de profissionais oriundos de empresas do setor ou de instituições de ensino superior, criando um ambiente favorável para troca de experiências e aprendizado de acordo com a realidade do mercado. Atualmente, o programa organiza também cursos de curta duração, inclusive no período noturno, indo ao encontro das necessidades dos profissionais do setor. Essa estratégia permanece para 2019<sup>2</sup>.

O primeiro curso ministrado no âmbito do programa de educação corporativa da Abdib foi iniciado em abril de 2004. Foi um curso de MBA sobre energia elétrica para 26 profissionais de empresas do setor elétrico, com 18 meses de duração e 420 horas/aula. Desde então, já foram realizados cursos sobre energia elétrica, gestão para a infraestrutura, gestão socioambiental para projetos de infraestrutura e gestão socioambiental para empreendimentos hidrelétricos, entre outras áreas de estudo.

# Eventos realizados pela **Abdib**



## 8º Fórum Mundial da Água

**Data:** 18 a 23 de março de 2018

**Objetivo:** Apoiar a difusão de informações, engajar agentes públicos e privados e promover soluções na gestão eficiente e no uso compartilhado e sustentável dos recursos hídricos.

**Público:** 120.000 pessoas

### Fórum

O congresso contou com mais de 300 sessões temáticas que envolveram especialistas de 172 países de todos os continentes para debater questões como a gestão e o uso dos recursos hídricos no mundo todo.

### Vila Cidadã

Espaço criado pela edição brasileira com o objetivo de envolver diretamente a sociedade na

discussão e reflexão sobre temas referentes aos recursos hídricos por meio de atividades lúdicas, sensoriais e interativas.

### Feira e Expo

Empresas e instituições do mundo todo apresentaram produtos e soluções envolvendo recursos hídricos. Já a Expo atraiu pavilhões de países.

### Relevância

O evento contou com a presença de 12 chefes de Estado, além de dirigentes de organismos internacionais e multilaterais, como ONU, União Europeia e Banco Mundial. Exatos 1.968 jornalistas cobriram o evento, que teve mais de 15.000 menções na mídia.



## Missão Abdib-LSE em Infraestrutura

**Data:** 7 a 11 de maio de 2018

**Objetivo:** Integrar executivos de empresas e governos do Brasil e Reino Unido em ações de treinamento, apresentação de projetos, reuniões de negócios e visitas técnicas.

**Público:** 30 pessoas

### Treinamento

Professores da LSE explicaram critérios para planejamento urbano de infraestrutura e parcerias público-privadas. O Brasil deve aperfeiçoar o ambiente para receber investimentos estrangeiros, com avaliações de riscos e regulação de contratos eficientes.

### Visitas técnicas

No The Crystal London, palestra abordou experiência britânica em planejar e implantar infraestrutura. Na King's Cross Station, debate mostrou regeneração urbana causada por investimento em mobilidade urbana.

### Apresentação de projetos

Gestores do governo federal e dos estados da Bahia, São Paulo e Piauí explicaram oportunidades de investimento e programas para apoiar o setor privado. Governo britânico sugeriu ao Brasil padrões internacionais para facilitar investidores estrangeiros.

### Reuniões de negócios

Empresas e governos realizaram 41 encontros individuais, apresentando experiências e soluções em temas como planejamento, avaliação e riscos e financiamento de projetos.

### Força-tarefa

Representantes de governos e empresas britânicas e brasileiras discutiram sobre planejamento e construção de uma carteira de projetos de infraestrutura, atração de financiamento privado e melhorias nos processos de licitações e de concessões no Brasil.



## Segurança Jurídica e Governança Pública na Infraestrutura

**Data:** 16 de agosto de 2018

**Objetivo:** Avaliar o impacto da atuação dos órgãos de controle na condução dos investimentos em infraestrutura e na segurança jurídica.

**Público:** 70 pessoas

### Lei 13.655/2018

A inclusão de disposições sobre segurança jurídica na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro busca melhorar o ambiente regulatório e funciona como tutorial para aplicadores do direito, reforçando a estabilidade e a previsibilidade.

### Visão do Ministério Público

A auditoria chega em novas áreas da administração pública e este controle mais atuante pode causar a sensação de intromissão e hipertrofia dos órgãos de controle.

### Visão do Programa de Parcerias e Investimentos

Controle é relevante, mas exageros podem causar desequilíbrios que suplantam efeitos positivos. Há desconfiança entre órgãos de controle e administração pública, causando inação na tomada de decisões.

### Governança pública

Há problemas na administração pública, mas também nos órgãos de controle. É preciso equilíbrio dos dois lados. O controlador não se preocupa com o efeito global das interferências nas políticas públicas. Além disso, é essencial aprovar projeto de lei sobre agências reguladoras. Ele traz mecanismos para melhorar a transparência, autonomia orçamentária e qualidade do processo regulatório, incluindo amparo jurídico para servidores, entre outros pontos.



## Abdib Fórum – Agenda da Infraestrutura com Presidenciáveis

**Data:** 20 de agosto de 2018

**Objetivo:** Oferecer espaço para candidatos à Presidência da República apresentarem à sociedade diretrizes e propostas para retomar investimentos em infraestrutura.

**Público:** 350 pessoas

### Presidenciáveis

Cinco candidatos – Marina Silva, Guilherme Boulos, Geraldo Alckmin, Henrique Meirelles e Ciro Gomes – além de Manuela D’Ávila, representante da candidatura do PT – participaram do seminário, cada um com uma hora para apresentação.

### Propostas

A Abdib entregou a candidatos e participantes a Agenda de Propostas para a Infraestrutura 2018, com avaliações e recomendações para elevar o investimento no setor. O documento

servirá para dialogar com agentes públicos e privados após as eleições.

### Candidaturas

Houve consenso entre os presidenciáveis sobre a necessidade de dar prioridade para a recuperação dos investimentos em infraestrutura. Houve diferenças sobre como alcançar tal objetivo.

### Modelo

Além abordar livremente temas relativos à infraestrutura, candidatos responderam perguntas da Abdib e da plateia, informando planos sobre agências reguladoras, licenciamento ambiental, fontes de recursos e expansão de redes de saneamento e mobilidade urbana.



## A Retomada da Indústria – Uma Estratégia de Longo Prazo

**Data:** 10 de setembro de 2018

**Objetivo:** Reunir economistas brasileiros e estrangeiros para avaliar o papel da indústria no desenvolvimento e o escopo de uma política industrial para o Brasil.

**Público:** 200 pessoas

### Importância

Economistas de diferentes escolas convergiram sobre a importância da indústria para o desenvolvimento sustentado de uma nação.

### Política industrial

Entre críticas e elogios às tentativas de condução de políticas industriais no passado, 15 palestrantes indicaram condições para que os objetivos planejados em uma política pública para a indústria sejam alcançados.

### Regras de ouro

A política industrial deve ser consistente com prazos estabelecidos, acompanhamento e metas, além de levar à compulsão para fomentar a organização e a eficiência dos negócios, gerando o aumento da produtividade.

### Foco

Alguns palestrantes indicaram setores de baixa e média tecnologia como foco para o Brasil, de forma a desenvolver insumos que vão atender setores de alta tecnologia e estimular exportações.



## Inspeção Acreditada Inmetro – Projetos de Engenharia e Obras de Infraestrutura

**Data:** 22 de novembro de 2018

**Objetivo:** Discutir uma política de inspeção de projetos e obras no país, relevante para aumentar a previsibilidade e prover conformidade técnica e independência assegurada.

**Público:** 60 pessoas

### Benefícios

A acreditação é um processo valioso para monitorar a evolução de projetos de infraestrutura, contribuindo para aumentar previsibilidade, mitigar riscos e estabelecer conformidade técnica, com independência assegurada.

### Financiamento

Inspeções e acreditação são processos que podem contribuir para a estruturação de garantias e o financiamento na modalidade *project finance non recourse*.

### Confiança

Outro benefício é compartilhar dados confiáveis sobre a evolução da implantação dos projetos e da previsibilidade de início de geração de receitas.



## Intercâmbio Portugal-Brasil: Modelo de Gestão de Resíduos Sólidos

**Data:** 31 de janeiro de 2018

**Objetivo:** Avaliar o modelo adotado em Portugal que erradicou lixões e instituiu um parque industrial para valorizar resíduos sólidos.

**Público:** 80 pessoas

### Cúpula

Do governo, participaram Carlos Martins, secretário de Estado do Ambiente de Portugal, Artur Cabeças, chefe de Gabinete da Secretaria de Estado do Ambiente, e Inês Diogo, vice-presidente da Agência Portuguesa do Ambiente.

### Diagnóstico

Entre 1997 e 2002, Portugal erradicou 341 lixões em 308 municípios. Com lixões erradicados, foi iniciado novo plano, culminando na construção de infraestrutura ambiental para valorizar os resíduos sólidos com sistemas de logística reversa em várias cadeias produtivas.

### Modelo de gestão

O equacionamento financeiro é fator relevante no sistema de gerenciamento de resíduos em Portugal. Os cidadãos pagam uma taxa básica para coleta e destinação em aterros e uma tarifa adicional para tratamento e valorização dos resíduos.

## Plenário em foco

HÁ ALGUNS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL QUE, DEVIDO À CAPACIDADE DE MELHORAR A REGULAÇÃO E O AMBIENTE DE NEGÓCIOS, SÃO PRIORITÁRIOS PARA A INFRAESTRUTURA

Há centenas de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional com impactos diversos nos setores de infraestrutura. Dentro desse compêndio, há um conjunto de medidas prioritárias, com capacidade para trazer transformações significativas, nos quais os comitês e as instâncias diretivas da Abdib depositam boas expectativas. Alguns assuntos precisam ser enviados ao Congresso Nacional.

O trâmite legislativo é complexo e repleto de nuances. Tudo pode mudar em pequenos intervalos de tempo, motivado por condições ou interesses locais ou globais. A despeito desses fatores, os empresários e especialistas que participam dos comitês da Abdib sempre reservam um olhar analítico ao mérito e aos objetivos de artigos, parágrafos, incisos e alíneas. O propósito é melhorar o ambiente de negócios e criar condições atrativas à expansão dos investimentos na infraestrutura.

Matérias prioritárias para a  
**infraestrutura no Congresso Nacional**

Tema	PL	Situação
Contratação pública	PL 1.292/1995	Substitui regimes de licitações públicas existentes por uma legislação nova, introduzindo mecanismos mais eficientes, mais racionalidade e transparência às contratações públicas.
Agências reguladoras	PL 6.621/2016	Padroniza as regras de governança de agências reguladoras e incorpora mecanismos para melhorar a transparência, a autonomia orçamentária e a qualidade do processo regulatório.
Licenciamento ambiental	PL 3.729/2004	Esclarece competências entre União, estados e municípios, aperfeiçoa aspectos processuais, estipula prazos para as etapas do licenciamento e revê exigências desnecessárias.
Saneamento básico	MP 868/2018	Propõe regras para modernizar a regulação, com foco na concorrência, na atração de capital privado, na melhoria da qualidade regulatória e no reforço do escopo de contratos.
Modelo do setor elétrico	PL 1.917/2015	Medidas promovem uma revisão regulatória e um aprimoramento no modelo do setor elétrico a partir de uma ampla consulta a empresas e especialistas do setor elétrico.
	PLS 232/2016	
Risco hidrológico	PL 10.985/2018 (PLS 209/2015)	Mitiga e compensa impactos do risco hidrológico (GSF), fator que mensura o quanto de energia hidrelétrica contratada não é entregue por razões alheias à operação das empresas.
Gás natural	PL 6.407/2013	Reforma a regulação para atender a mudança no mercado derivada da venda de ativos da Petrobras. Foco em atrair agentes e investimento, aumentar competição e respeitar contratos.
Telecomunicações	PLC 79/2016	Permite substituir o modelo de concessão pelo de autorização e oferece solução regulatória para a incorporação dos bens públicos da telefonia fixa.
Securitização	PLP 459/2017	Esclarece procedimentos para securitização da dívida tributária dos entes públicos de forma a contribuir com o aumento de receita pública e impulsionar investimentos no curto prazo.
Concessões rodoviárias	Não enviado ao Congresso	Oferece solução privada para concessões rodoviárias com desequilíbrios, permitindo a manutenção de benefícios aos usuários e ao poder concedente e a retomada dos investimentos.
Desestatização da Eletrobras	PL 9.463/2018	Propõe a desestatização da Eletrobras por meio da oferta pública e pulverização do capital da estatal federal de energia elétrica sem que a União acompanhe o aumento de capital.
Desapropriações	Não enviado ao Congresso	Moderniza regras sobre desapropriações públicas existentes desde 1941.

# Comunicação

## Atitudes para os novos tempos

SIMETRIA DE INFORMAÇÕES PARA ASSOCIADOS, DILIGÊNCIA NO ATENDIMENTO PARA A IMPRENSA, CONTEÚDO PERSONALIZADO PARA PÚBLICOS DISTINTOS. A ABDIB TEM SE ADAPTADO ÀS TRANSFORMAÇÕES

**1** Uma das novas seções do site da Abdib é o Painel Econômico, uma biblioteca de estudos sobre o setor.

**2** Tanto o relatório anual quanto as agendas de propostas estão disponíveis no portal da Abdib na internet.

**3** Executivos da Abdib discutiram diagnósticos e propostas em mais de 30 seminários de outras instituições em 2018.

A sociedade demanda nova postura de governos, empresas e instituições. Além de informação, desejam transparência e confiança. O ambiente está mais complexo, tanto quanto difuso. Há múltiplos meios de comunicação, formatos variados de transmissão, linguagens distintas, públicos mais segmentados. Atenta a essas transformações, a Abdib intensificou e adaptou ações para comunicar por diferentes meios, privilegiando a importância de conferir transparência às iniciativas da associação com agentes empresariais e governamentais.

O portal da Abdib na internet foi modernizado<sup>1</sup>, informando com mais detalhes a agenda da associação e qualificando a importância das iniciativas. As redes sociais foram encorpadas com uma política de atualização mais intensa e conteúdo relevante. O relatório anual foi ampliado<sup>2</sup>. A Abdib também tem avançado no planejamento de uma nova política de comunicação para interagir com a sociedade, de uma forma mais ampla e reverberando atributos da infraestrutura – tudo em adição à comunicação necessária para os públicos empresarial e governamental<sup>3</sup>.

Em 2018, 80% das solicitações de informações e entrevistas feitas pela imprensa foram atendidos. Na mídia, 123 matérias foram publicadas em 2018 (incluindo somente jornais de grande circulação e emissoras de TV e rádio). Periódicos digitais contribuíram para a Abdib adaptar a informação de acordo com os públicos. Um deles é franqueado para representantes das empresas associadas. Por ele, 525 notícias foram distribuídas em 2018, atendendo um conceito essencial para uma entidade de classe: a simetria de informações entre os associados.

segurança jurídica cresce no período pré-eleitoral e deixa empre

PI como chave para inve

POCOS TEVE EM MAIO A MAIOR QUEDA



re sobre lacuna do Estado

Vai ter para a in

Reportagem



O

amento volta es na transição

## A infraestrutura requer R\$ 284 bilhões ao ano por dez anos seguidos

Na esteira da recessão econômica, os investimentos em infraestrutura despencaram. Em 2017, somaram R\$ 110,4 bilhões, 34% a menos que o pico atingido em 2014, de R\$ 166,5 bilhões.

Em 2018, o cenário não foi alterado. Estima-se que setores público e privado investiram em conjunto R\$ 113,7 bilhões. Os investimentos privados na infraestrutura caíram 27,4% entre 2014 e 2017. Já os investimentos públicos diminuiriam 43,5% no período.

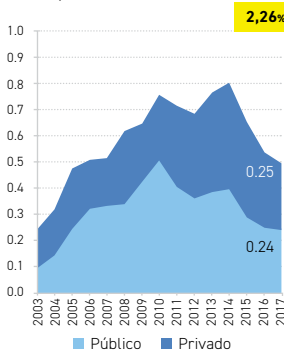
O Brasil investiu, em média, 1,7% do PIB na infraestrutura nos últimos três anos – e nunca

investiu mais que 2,5% nos últimos 15 anos. No entanto, **precisa investir 4,3% do PIB por dez anos seguidos** somente para remover gargalos ao desenvolvimento. Os números são da Abdib.

Nos últimos 15 anos, o setor privado tem investido mais em infraestrutura do que o público – caso raro entre países desenvolvidos ou emergentes.

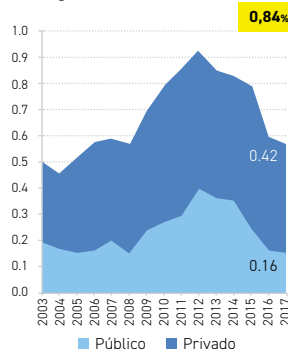
Em 2017, 66,3% do investimento feito em infraestrutura foi de responsabilidade de empresas privadas.

Investimento em transporte (% PIB)



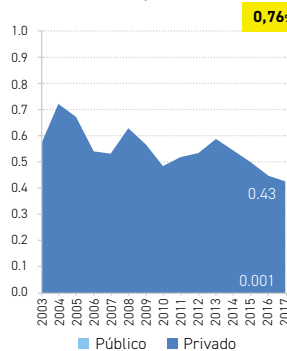
O setor de transporte inclui rodovia, ferrovia, hidrovia, aeroporto, porto e mobilidade urbana. **A área requer 2,26%/PIB ao ano em investimentos**, ao longo de dez anos, sem o qual será impossível aumentar a produtividade e evitar gargalos ao crescimento. O recuo abrupto desde 2014 ocorreu pela crise fiscal e pela paralisação de aportes em concessões privadas desequilibradas. Há ainda grande potencial para o setor privado. Mas é essencial ainda ter o Investimento do Estado em um país onde só 12% da malha rodoviária é asfaltada. No mundo todo, metrô e trens urbanos contam com investimentos públicos.

Investimento em energia elétrica (% PIB)



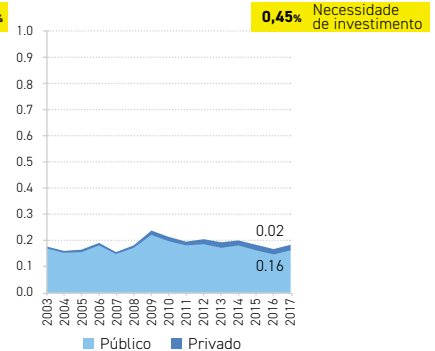
Em que pese desarranjos nos preços e na regulação, na área energética o Brasil está momentaneamente seguro quanto ao suprimento. **O setor requer 0,84%/PIB de investimentos anualmente** – o que foi razoavelmente cumprido nos últimos anos. O setor privado tem sido o maior investidor na geração, transmissão e distribuição de energia no Brasil, participação que deve ser ampliada com privatizações recentes e outras que ainda são esperadas. O setor elétrico tem liderado a efetivação de investimentos entre todas as áreas de infraestrutura nos últimos 15 anos, com exceção em 2008, quando houve destaque para transportes.

Investimento em telecomunicações (% PIB)



Tecnicamente, o setor de telecomunicações só não é 100% privado porque o governo federal reciou a Telebras em 2010. Mas os investimentos da estatal federal foram tão poucos que só aparecem na terceira casa decimal. No geral, o investimento nas áreas de telecomunicações – telefonia fixa e móvel e também banda larga – têm sido realizados pelas concessionárias privadas de forma satisfatória. O desafio atualmente é expandir a velocidade e a abrangência da banda larga, demanda das famílias, empresas e do setor público. **A necessidade de investimentos é de 0,76% do PIB ao ano**, por dez anos seguidos.

Investimento em saneamento (% PIB)



O saneamento básico é o setor mais carente de recursos. A média anual de investimento raramente ultrapassou 0,20% do PIB nos últimos 15 anos – **e a necessidade é investir 0,45% do PIB por 20 anos seguidos** para atingir a universalização dos serviços de água e esgoto. Os números não incluem aplicações em obras de despoluição de mananciais e de segurança hídrica, o que elevaria bastante o montante de dinheiro necessário. O saneamento básico é também o setor mais fechado para o capital privado mesmo após a sanção de algumas leis federais nos últimos dez anos estimulando modelos de negócios com empresas privadas.

# Committees and work groups

**Abdib currently has 20 working committees - 15 of them dealing with sectoral issues and five others dealing with cross-cutting matters. For some subjects, it's common to address analysis through special work groups, in which issues are discussed deeply and focused. In 2018, Abdib committees held 96 meetings with about 2,000 participants.**

**Committees are the base of the institution for diagnoses and contributions formulation. As a result of the work of the committees, Abdib regularly produces documents with proposals. In 2018, in order to dialogue with candidates in the electoral process, the Agenda with Proposals for Infrastructure Sector 2018 was launched with guidelines and suggestions for boosting investment in infrastructure.**

## **Sustainability**

When planning the initiatives to be undertaken in 2018, the specialists in Abdib's Sustainability Committee pointed out the group's main initiative: contribute to the approval by the National Congress of a new law for the environmental licensing of infrastructure works that significantly impact the environment. According to the companies' management, it would be essential to have a General Licensing Law that offers increased legal security by replacing a legal framework formed by sparse rules, based on regulations.

Considerable hope is pinned on Bill 3,729/2004. It has been approved by two out of four committees of the House of Representatives and is being discussed by the other two. In one of them, the rapporteur, congressman Mauro Pereira (PMDB-RS), delivered 13 versions of the report and none of them was voted on. Abdib carried out several meetings with representatives of public agencies and the production, rural and environmental sectors, such as Ibama, the Ministry of the Environment, the National Confederation of Industry (CNI) and the Agricultural Parliamentary Front (FPA).

However, at the end of 2018, as there were no prospects for the final voting on Bill 3,729/2004, Supplementary Bill 404/2014 was on the radar. In a meeting held in December, the Environment Committee concluded that the project could make the environmental licensing even more complex by requiring that the issue of a prior license be subject to the consent of the state entity. Currently, states may provide non-binding opinions, meeting the deadlines and procedures of the environmental licensing.

## **Funding**

In recent years, Abdib's Financing and Guarantees Committee has been at the epicenter of discussions on the sources of funds and the structure of guarantees to support the massive volume of investments in infrastructure required by Brazil. The discussion takes place in a scenario of constraints on both supply and demand. If, on the one hand the demand for funds temporarily fell due to the reduction in investments, on the

## 77

other, public development banks began to impose restrictions, limiting the availability of credit for investments.

In a transition scenario, the same players will have new roles. The capital market will increasingly support the financing of projects through debentures. Through the committee, in 2018, Abdib suggested extending tax benefits to pension funds and foreign-based individuals who acquired debentures. At the same time, it is attempting to strengthen and give credibility to the structure of guarantees, especially during the construction phases, thus enabling the non-recourse project finance.

Abdib also strengthened the dialogue with public development institutions, such as the BNDES and Caixa, in order for them to continue funding infrastructure investments, especially when the economic activity accelerates and the demand for resources grows again, including from entrepreneurs willing to carry out larger projects with lower rates of return – as example, railways. Broadly speaking, the evaluations included the role of public banks in disbursements, boosting capital markets and project structuring.

### Legal and tax

In April 2018, the Federal Supreme Court (STF) ruled against taxpayers in two cases involving property tax (IPTU) collection in port terminals, which extended to other infrastructure sectors. The repercussion and coverage of the matter raised several doubts – and the discussions were submitted to evaluation by Abdib's Legal and Tax Committee. The body, which analyses and provides guidance on tax, legal and regulatory issues, became responsible for outlining a strategy to mitigate or reverse the damage.

In the infrastructure sectors, the regulatory complexity rivals that of the tax system. This scenario allows Abdib's Legal and Tax Committee to become a recurring arena for representatives of member companies to share problems they faced when conducting businesses and investments, always seeking examples, guidelines and strategies that help come up with solutions. The group

also has jurisdiction to provide evaluations on legislative changes that affect infrastructure sectors.

The agenda is extensive and complex. In 2018, specialists analyzed several issues, such as the regime of concessionaires and licensees (PEC 39/2015), the proposal for a new public procurement law (PLC 1,291/15), the bill that changes the rules for the management, organization, decision-making process and social control of regulatory agencies (PL 6,621/2016) and a draft of a decree that regulates the use of arbitration by the São Paulo State.

### Ethics

Abdib's Ethics Committee is responsible for proposing initiatives that strengthen integrity in the business environment of the infrastructure sectors – and the group has risen to the challenge. In previous years, the agenda included the preparation of Abdib's Code of Conduct and Internal Governance, formally adhered to by the member companies, in 2018, the dialogues addressed issues such as the regulation of lobbying and mapping of risks and vulnerabilities.

The legislative process to regulate lobbying is old. There are currently two Bills at the National Congress. Bill 1,202/2007 authorizes the accreditation of lobbyists to attend public meetings, identifying the institutions or companies they belong to or represent. It provides for the registration of hearings in public agendas. Senate Bill 336/2015 provides for the registration of lobbyists and attendance of meetings upon identification of the groups represented.

Another important discussion is the preparation of a risk and vulnerability matrix in the companies' relationship with the government. The work considers only external risks originated by initiatives of public entities, given that internal risks are already managed by the companies in their respective integrity systems. The objective is to identify measures that may be taken to fight the origin – not only the consequence – of corruption.

# Committees and work groups

## **International relations**

Abdib's International Relations Committee was re-energized to include a broader agenda, as the challenge to expand exports of equipment, goods and engineering services may be facilitated by the conclusion of international agreements – in the areas of goods, services, investments and government procurement – increasing the companies' global insertion, especially in relevant markets. This role was played in cooperation with committees focused on the industrial sector and funding solutions.

Strategies to restructure export credit mechanisms were discussed in cooperation with the Financing and Guarantees Committee. The idea was to present arguments that justify the need to reinforce Brazil's export credit policies so they can be in line with those of other countries. Other proposals were discussed in forums with BRIC companies and government agencies, as well as the New Development Bank (NDB), such as insurance for exchange risk and a fund to finance investments with contributions from member countries.

Regarding trade agreements, Abdib, through the committee, interacted with public authorities to evaluate government initiatives designed to increase Brazil's share of world trade. Amid analysis on the reduction of tariff barriers in South America in order to create a free trade zone in the continent and the conclusion of regulatory convergence, investment and government procurement agreements, Abdib supported trade liberalization with caution and reciprocity.

## **Oil and natural gas**

2018 was not an easy year for suppliers of goods and services for oil and natural gas activities. In recent years, there has been a reduction in Petrobras' pre-salt obligations and the definition of concession and production-sharing auctions, generating optimism and increasing investments. However, the local content policy was redesigned, which at first generated legal uncertainty and bad expectations. Abdib's Oil and Natural Gas Committee started evaluating changes and redefining strategies.

One of the changes referred to Repetro, a customs tax regime that suspends the collection of federal taxes when importing any piece of equipment for the oil and gas sector, mainly exploration platforms. Another change was the reduction of local content indices for future concession and production-sharing auctions for already contracted blocks, including pardon for local content obligations not complied with. However, the publication of a program to foster the modernization of the production chain raised expectations for the sector.

The local content policy was established in the past to compensate for higher production costs and provide Brazilian companies with better conditions to compete with foreign suppliers of goods and services used in the development of the oil and gas blocks. The strategy now is to accelerate investments that increase orders and opportunities for all competitors. However, this guideline does not relieve the government from carrying out reforms that reduce tax, financial, labor and logistics costs.

## **Electricity sector**

The Strategic Committee of the Electricity Sector was created during crisis and prospered at more auspicious times. Also in 2014, Abdib warned officials about an unknown problem that threatened to challenge the financial sustainability of the entire energy complex: the generation scaling factor (GSF), which is translated as hydrological risk. The group, known as the Energy Crisis Committee at the time, carried out studies and made proposals, helping the government mitigate problems.

As the problems were mitigated at the time, companies remained convinced of the importance of maintaining a forum for short-and long-term structural proposals and analysis including the power distribution, transmission, generation and sale sectors in an integrated and sustainable manner. In 2018, the committee supported Abdib's participation in a meeting with the Board of the Brazilian electricity regulatory agency (Aneel), in which it was possible to specify the most urgent challenges for the regulatory agency.

# 79

The four main issues were regulatory enhancement, regulatory stability, ensuring the completion of works in compliance with the established quality requirements and before the deadline, and ensuring adequate remuneration for investments. Suggested proposals: to recognize investments in technology in the regulatory remuneration base, to harmonize the regulation of electricity and gas, to reestablish the companies' profit margin during tariff reviews, to strengthen guarantees and to adopt instruments to ensure delivery of works in compliance with the established quantities and before the deadlines.

## Energy generation

During the meetings of Abdib's Energy Generation Committee, the discussions revolved mainly around energy security issues based on the use of the multiple sources of energy available in Brazil. For businessmen, this guideline must be followed taking into account assumptions, such as medium-and long-term planning that favors the sustainability and stability of the system. This dialogue contributed to strengthening Abdib's position with the government on more complex issues.

One of these issues is the development of hydroelectric power projects of all sizes, including reservoirs, taking advantage of benefits to both generate energy and manage water resources. Another topic that further strengthened proposals made by Abdib for the sector was the accelerated insertion of natural gas in the energy matrix, increasing energy security and stability in the electrical system, due to a higher share of intermittent sources, such as solar and wind.

The Energy Generation Committee also analyzed critical factors for the development of hydroelectric power plants, such as revising the contract model, addressing indigenous issues, environmental corridors, governance and communication with society. Based on this analysis, electric sector agents carried out a study to measure the positive attributes of hydroelectric power plants, in order to organize information, evidence and statistics to clarify and

demystify several aspects related to the expansion of hydroelectric generation.

## Energy transmission

A large share of the Energy Transmission Committee's schedule for the year was dedicated to tasks related to Abdib's participation in public consultations and hearings organized by electricity sector authorities, such as the Ministry of Mines and Energy, Aneel (regulatory agency) and ONS (system operator). Twelve of these processes received contributions in 2018, which require analysis of technical notes, risk assessment, data collection and simulations, in addition to more than 20 sector issues for which suggestions were sent by mail.

The constant monitoring by businessmen and experts of the Energy Transmission Committee intends to avoid new costs related to regulatory and oversight processes and the companies' unnecessary efforts to comply with the regulation. Rules that require more detailed procedures do not always deliver the expected result, i.e. increased availability of power transmission equipment and systems. Often the concessionaires – who know how to operate the network – lose momentum.

The ONS allowed participation in five groups to discuss discounts due to equipment unavailability (variable portion), among others. Abdib sent contributions to Aneel on topics such as rules for quality services, regulatory capital remuneration fee and revision of annual permitted revenue. Regarding the Ministry, there were suggestions to plan expansion, design studies, carry out auctions and authorize reinforcements and improvements in facilities.

## Public lighting

Until recently, public lighting networks were managed by energy distributors. In 2010, the electricity regulatory authority stipulated that said management should be transferred to the municipalities, which would also manage revenues (contribution paid by consumers in the electricity bill) in order to maintain said infrastructure. The deadline for this transfer was December 31, 2014.

# Committees and work groups

One of the motivations was to enable a reduction in consumer expenses and improve services.

These changes gave rise to a new market: the operation of public lighting systems by the private sector, as well as the creation of Abdib's Public Lighting Committee. The objective was to identify obstacles and propose solutions for the development of PPPs in a potential and growing market. Committee experts identified that, due to weaknesses in the preparation and organization of studies and execution of processes by municipal administration, many projects did not reach the auction stage.

Abdib worked on three fronts to contribute to expanding and strengthening the market: structuring municipal projects, preparing a guide to good PPP practices to help municipal administrations, and modernizing the regulation that addresses the interface between electricity distributors and public lighting concessionaires. On the third front, a diagnosis carried out by Abdib convinced Aneel to open a public hearing to address the regulatory gaps that may impact the performance of PPPs.

## **Basic sanitation**

At a meeting held at Abdib in July 2018, senator Roberto Muniz, who was invited to attend a meeting organized to discuss proposals to attract water and sanitation infrastructure investments, concluded that the institutional model in effect for basic sanitation, prepared in 2007, was not sufficient to accelerate investments designed to improve services. After all, 100 million Brazilian citizens still do not have appropriate sewage collection. He suggested that the country should not insist on this failed strategy.

The modernization of the institutional model and the regulatory framework of basic sanitation was the entrepreneurs' main flag at the Water Resources and Basic Sanitation Committee. Most of the 12 meetings held in 2018 addressed this topic. In one of them, Martha Seillier (Chief of Staff) indicated guidelines for the changes intended by the federal government, subsequently described in Provisional Measure 844/2018. In a number of instances and

interviews, Abdib expressed support to the text of the regulatory reform.

The Provisional Measure was not voted on within the deadline, November 2018, causing frustration. But the purpose remains. Abdib, which participated in all discussions between business and government agents seeking a consensus in order to make the voting possible, helped sector agents and the transition team of the president elect to submit the issue of modernization of basic sanitation regulations for discussion at sessions in the House of Representatives and the Senate.

## **Solid waste**

The entrepreneurs' task at Abdib's Solid Waste Committee is not easy. They have to convince municipal managers (and, more importantly, the population) of the importance of paying fees or tariffs to fund environmentally appropriate urban cleaning and solid waste services. This is a sensitive issue for municipal governments, which believe that voters are not willing to pay for said fees and tariffs, even though they already pay for telephony, broadband, electricity, natural gas, water and sewage, transportation and public lighting services.

The strategy has been to build a solid base of reliable information and promote discussions to spread knowledge, debunk myths and show benefits that the consolidation of stable revenues will bring to the quality of services provided. One of the pillars of this initiative has been the Urban Cleaning Sustainability Index (ISLU), a sector index created in 2016. ISLU evidences compliance with the Brazilian solid waste policy, which determined the end of landfills by 2014, and is disclosed to several audiences.

We are also monitoring of case law and proceedings in Federal Supreme Court (STF) to defend the legality of payment in cities that have already introduced fees or tariffs. A partnership was signed with an U.S. institution to absorb the best communication and institutional organization practices in the market. Currently, mayors, ministers, governors, judges and public prosecutors already see fees and tariffs as a fair and essential instrument. This shows that,

# 81

although we still have a long way to go, we are on the right track.

## Telecommunications

The telecommunications market, which is entirely private, invested, on average, over R\$30 billion per year in the last ten years (updated figures) to expand access and improve the quality of fixed and mobile telephone services, as well as broadband services. Investment levels have been significant, especially in the three last years, when total infrastructure investment, including public and private projects, averaged R\$110.0 billion (restated).

A satisfactory performance, which, however, does not allow neglecting the urgency of a regulatory reform that offers economic incentives and an institutional model more closely aligned with the users' needs: broader access to high-quality mobile and broadband services. This subject was discussed in a meeting of the presidents of Abdib and Anatel in March 2018, in Brasília. At the time, it was possible to discuss the main items on the agency's regulatory agenda.

In Abdib's more comprehensive agenda on telecommunications, the pending revision of regulation, reflected in Bill 79/2016, became more conspicuous. The draft amends the General Telecommunications Law and allows the replacement of the concession model with the authorization model in fixed telephony, in addition to providing a regulatory solution for the incorporation of reversible assets. Given the potential for investments, jobs, economic and social development, this matter was included in Abdib's priority agenda to be discussed with the Legislative.

## Industry

The share of the industrial sector in GDP fell by half. The misuse of several public policy instruments, such as subsidies and tax exemptions, among others, virtually stifled any rational discussion about industrial policy issues. The worst part is: the importance of industry is being questioned.

The response came in the form of a seminar, conceived in 2018 September at Abdib's Industry Committee, which gathered Brazilian and foreign economists from different schools of thought. The event promoted debate on the importance of an industrial policy to boost productivity and increase competitiveness. Additionally, Abdib distributed a document containing an analysis on the result of past public policies, evidence on the importance of the industry for development, and proposals for the sector.

Throughout the year, the Industry Committee encouraged discussions on a long-term industrial policy, given that industry creates growth, technology, jobs and tax collection. The event held in September generated eight recommendations, including a tax adjustment that does not hurt investments. It also suggested balancing interest and exchange rates in order to encourage competitiveness in the production sector. Moreover, the industrial policy must have deadlines, monitoring and targets, and lead to compulsion to foster business organization and efficiency.

## Railways

The two main topics of Abdib's Railway Committee (concession extensions and new projects) share a common goal: to expand the railway network with new investments, which may total R\$ 45 billion. If the plans are successful, 31% of the cargo will be able to be transported by train, versus the current 15%. In 2018, public and private agents participated in public hearings, studies and information processing to advance on both fronts. The expectation is to ratify amendments and enable new projects in 2019.

The priority is to anticipate the extension of five railway concessions maturing as of 2026. Investments will allow the duplication of roads and the construction of ring roads, yards and terminals in order to reduce urban interferences, thus expanding transport capacity. Cross-investments will allow the construction of new stretches not included in the current concessions. Entrepreneurs also provided evaluations to regulate Law 13,448/2017. This

# Committees and work groups

law is important since it establishes the benefits of the extension of the ongoing concessions.

The committee also addressed contract modernization, an issue as important as new investments. The contracts include, for example, an investment schedule for each item, including the expansion of infrastructure capacity, safety and quality. The original contracts do not include investment schedules, but production and safety targets only. The contracts will have detailed clauses on risk allocation and events that give rise to economic and financial rebalancing.

## Highways

Highway concession contracts with economic and financial imbalances dominated the agenda of Abdib's Highway Committee in early 2018. Two alternatives are under discussion. One, known as the "public solution", was achieved through the enactment of Law 13,448/2017, in June 2018. However, without regulation, the rule remains meaningless. The other, known as the "private solution", drafted in Provisional Decree 800/2017, did not come into effect as it became invalid due to lack of voting.

Law 13,448/2017 introduced the early and friendly return of imbalanced concessions to the granting authority. To help authorities, Abdib produced and delivered an analysis showing relevant points to be addressed in the regulation, in order to ensure that it does not become ineffective. Provisional Decree 800/2017 proposes guidelines to reschedule investments, avoiding expiration or friendly return, and allowing the continuity of projects contracted under good economic conditions for society.

Despite the lack of solution for imbalanced concessions, there was some progress regarding new projects. At the committee, businessmen evaluated the rules of published notices and discussed with public authorities. In February, Abdib organized a meeting for the administration of the Bahia state government to provide details on the PPP for the BA-052 highway system, granted in July 2018. In March and August, Abdib held meetings with the Piauí government to present, among others, the sponsored concession of the Transcerrados highway.

## Urban mobility

Those attending the meetings of Abdib's Urban Mobility Committee soon notice the attention devoted to the Metropolitan Transportation Authority. It is working to institutionally organize government initiatives related to the planning, liaison, investment and management of passenger transport systems in metropolises and districts, similarly to global capital cities. After all, the flow of people goes beyond municipal boundaries and coordination is an essential factor to rationalize funds.

The Metropolitan Transportation Authority has been on the radar of the Urban Mobility Committee for years. In 2018, it was almost introduced in the Brazilian legal framework. Amid discussions of Provisional Decree 818/2018, which extended deadlines for the preparation of integrated urban development plans, there was an opportunity to present the scope, importance and benefits of the concept to the federal government and congressmen. Congressmen understood and approved the text, but there was a veto in the presidential sanction.

But Abdib's committee has a well-defined action plan. It is in constant dialogue with state governments in order to explain the importance and benefits of the Metropolitan Authority concept, which may be initially available in metropolitan regions with more than one million inhabitants and implemented as a public consortium, supported by the existing law. The São Paulo Metropolitan Region, for instance, comprises 39 cities, 21 million inhabitants and dozens of billions annual trips. Coordination is obviously essential.

## Airports

Two topics were the epicenter of Abdib's Airport Committee discussions in 2018: the modeling of the fifth round of federal airport concessions and the regulation of a law that provides an alternative to settle contracts with serious economic and financial imbalances. These two topics demanded studies and interaction with public authorities, entrepreneurs and experts who work in the market. They are both essential to consolidate the sector's positive expectations.

# 83

The committee worked hard to contribute to the regulation of Law 13,448/2017 (which is still pending), which establishes conditions for the early and friendly return of airport concessions and, consequently, enables a new public bidding for the assets. It is an important alternative to settle contracts with economic and financial imbalances. Abdib produced an analysis, indicating relevant aspects that should be regulated, all of which are essential to unlock investments.

Additionally, Abdib contributed to the formatting process of the fifth round of federal airport concessions, expected for March 2019. After analysis of the Airport Committee, contributions were made in two public hearings organized by the regulatory authority. Studies, notices and contracts were deemed of good quality, with attractive rules for investors' demands. The success of the auction will define the future of the concession program, in which Abdib and investors have considerable hope.

## Studies and projects

Over the last few years, the willingness of many private companies to invest has not found support in the availability of infrastructure projects. More than that: many available studies needed to be improved because the information was either insufficient or out of date. Finally, recently, projects developed by the private sector have raised questions about the asymmetry of information among competitors. To meet this challenge, Abdib has worked on multiple fronts, with support from development institutions.

On one of the fronts, Abdib and the World Bank agreed to expand the number of well-structured projects available to investors. The focus will be on basic sanitation. The global development institution intends to act in two ways: by contributing a portion of the resources to a fund that will be used to finance studies and by managing the contracting of consulting services and the modeling of studies and projects.

In public lighting, the model will be the same, but the partner we are negotiating with is the United Nations Office for Project Services (UNOPS), with which Abdib has signed a cooperation agreement

whose scope includes the structuring of projects, among others. The preparation and modeling of studies will be the responsibility of international institutions, with independence and their own governance rules.

## Water purification

Abdib and the São Paulo Development Company (Companhia Paulista de Desenvolvimento - CPD) have been working since 2017 to enable a concession to the private sector to clean up the Pinheiros River (SP) and the Billings Dam (SP). São Paulo state authorities and businessmen witnessed the launch of the initiative in February 2017. The studies were initiated after authorization of the granting authority, based on a term of reference ratified by three state departments and public companies (Sabesp, Cetesb and Emae). The technical studies and modeling are being discussed with the new team of the São Paulo state government and the São Paulo municipal government.

Abdib is currently working to conduct more detailed studies and identify possible additional ancillary revenues with the São Paulo municipal government that ensure the economic and financial viability of the partnership with the private initiative. Throughout 2018, Abdib held meetings with government entities for this purpose. The studies provide a solution for the gradual improvement of the water quality of the Pinheiros canal, allowing the pumping up to 50 m<sup>3</sup>/s of unpolluted water, in stages, to the Billings Dam. If this is successful, Abdib intends to replicate the model to clean up other Brazilian rivers and springs.

## Conselhos e diretoria

### Conselho de Administração

#### Presidente

Britaldo Soares • Enel

Agostinho Serafim Junior • Queiroz Galvão  
André Clark • Siemens  
André Lima de Angelo • Acciona  
Benedito Braga • Sabesp  
Gustavo Estrella • CPFL  
Harry Schmelzer Junior • WEG  
Januário Soares Dolores • Camargo Corrêa Infra  
José Fábio Januário • Odebrecht  
Lauro Celidônio Neto • Mattos Filho Advogados  
Luiz Sérgio Vieira Filho • EY  
Marcos Almeida • Brookfield  
Mauricio Bähr • Engie  
Paulo Godoy • Alupar  
Rafael Paniagua • ABB  
Ricardo Castanheira • CCR  
Saulo Alves Pereira Junior • Andrade Gutierrez  
Solange Ribeiro • Neoenergia  
Viveka Kaitila • GE  
Wilson Ferreira Junior • Eletrobras

### Conselho Consultivo

Alberto Dias • ABB  
Andre Dabus • Marsh  
Antonio Gil da Silveira • Caixa  
Antonio Pargana • Cisa Trading  
Carlos Villa • Solvi  
Claudia Bonelli • Tozzini Freire Advogados  
David Almazán • Arteris  
David Moreira • Patria  
Eduardo Viegas • Concremat  
Eliás de Souza • Deloitte  
Gilson Krause • Promon  
Gustavo Barreto • CCR  
Gustavo Gachineiro • CPFL  
Henrique Zuppardo Junior • Megatranz  
Jorge Nemr • Leite, Tosto e Barros Advogados  
José Carlos Tavares Pereira • WIZ Soluções  
José Virgílio Enei • Machado Meyer Advogados  
Josedir Barreto • OAS  
Julian Thomas • Aliança  
Julio Cesar Volotão • Estre Ambiental  
Julio Fontana Neto • Rumo  
Karla Bertocco • BNDES  
Marcos Cintra • Tenaris Confab  
Mario Westphalen • Toshiba  
Massimo Guala • Salini Impregilo  
Mauricio Endo • KPMG  
Michel Boccaccio • Asltom  
Miguel Noronha • Barbosa Mello Participações  
Miguel Setas • EDP  
Renato Meirelles Neto • CAF  
Renato Sucupira • BF Capital  
Reynaldo Passanezi • CTEEP  
Rogério Tavares • Aegea  
Sergio Parada • Andritz Hydro  
Teresa Vernaglia • BRK Ambiental  
Thomas Felsberg • Felsberg Advogados  
Valdery Albuquerque • Fator  
A definir • GE  
A definir • PwC  
A definir • Voith Hydro

### Equipe Executiva

#### Venilton Tadini

Presidente-executivo

#### Ralph Lima Terra

Vice-Presidente Executivo

#### Nivaldo Tetti

Diretor Administrativo e Financeiro

#### José Maria de Paula Garcia

Diretor de Comitês Temáticos

#### Igor Rocha

Diretor de Planejamento e Economia

#### José Casadei

Diretor de Comunicação

#### Cintia Torquetto

Coordenadora de Eventos

85

## Companhias associadas

ABB  
 ABGF  
 Acciona Infraestructuras  
 Aegea Saneamento e Participações  
 Aliança Navegação e Logística  
 Alstom Brasil Energia e Transporte  
 Alupar Participações  
 Andrade Gutierrez  
 Andritz Hydro Brasil  
 Aroeira Salles Advogados  
 Arteris  
 Azevedo Sette Advogados Associados  
 Banco Fator  
 Barbosa Mello Participações e Investimentos  
 BF Capital Assessoria em Operações Financeiras  
 BNDES  
 BR Infra Group  
 BRK Ambiental  
 Brookfield Brasil  
 CAF Brasil Indústria e Comércio  
 Caixa Econômica Federal  
 Camargo Corrêa Infra  
 Cascione, Pulino, Boulos & Santos  
 CCR  
 Cemig - Cia. Energética de Minas Gerais  
 Cisa Trading  
 Citéluz Serviços de Iluminação Urbana  
 Companhia Paulista de Desenvolvimento - CPD  
 Concremat Engenharia e Tecnologia  
 Construtora Norberto Odebrecht  
 Construtora OAS  
 Construtora Queiroz Galvão  
 Conter Construções e Comércio  
 Cotrin Construtora Trindade  
 CPFL Energia  
 CSO Ambiental de Salto SPE  
 CTEEP - Cia Transmissora Energia Elétrica Paulista  
 Dal Pozzo Advogados  
 DDSA Advogados  
 Deloitte Touche Tohmatsu Consultores  
 Delta Comercializadora de Energia  
 Demarest Advogados  
 DT Engenharia de Empreendimentos  
 EDP Energias do Brasil  
 Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras  
 Eletronuclear - Eletrobrás Termonuclear  
 ENEL Distribuição São Paulo  
 Enfil Controle Ambiental  
 Engotec Construções e Montagens  
 Engie Brasil Participações  
 Estre Ambiental  
 EY - Ernst&Young Ass. Empresarial  
 ETEO Empresa Transmissão de Energia do Oeste  
 Fator Seguradora  
 Felsberg e Pedretti Consultores Legais  
 Furnas Centrais Elétricas  
 Galvão Participações  
 General Electric Energy do Brasil  
 GS Inima Brasil  
 Heleno & Fonseca Construtécnica  
 Houer Consultoria e Concessões  
 Intertechne Consultores Associados  
 Invepar  
 Itazi Engenharia  
 Itron Soluções para Energia e Água  
 KPMG Corporate Finance  
 LCA Consultores  
 Leite, Tosto e Barros Advogados Associados  
 Machado, Meyer, Sandacz e Opice Advogados  
 Madrona Advogados  
 Magna Engenharia  
 Manesco, Ramires, Perez Soc. Advogados  
 Marsh Corretora de Seguros  
 Mattos Filho Advogados  
 Megatranz Transportes  
 Muller, Altit Advogados  
 Natturis Consultoria e Assessoria Ambiental  
 Neoenergia  
 Nuclep - Nuclebrás Equipamentos Pesados  
 PAR Riscos Especiais | Wiz Soluções  
 Patria Infraestrutura Gestão de Recursos  
 Pavan Engenharia e Participações  
 Pinheiro Neto Advogados  
 PwC Brasil  
 Primav Construções e Comércio  
 Promon Engenharia  
 Radar PPP  
 Repume Repuxação e Metalúrgica  
 Rumo  
 Sabesp - Cia. Saneamento Básico do Estado de SP  
 Sadenco Engenharia  
 Salini Impregilo SPA  
 Saneamento Ambiental Águas do Brasil  
 Sete - Soluções e Tecnologia Ambiental  
 Siemens  
 Solvi Participações  
 State Grid Brazil Holding  
 Swiss RE Corporate Solutions Brasil  
 Taesa - Transmissora Aliança de Energia Elétrica  
 Tarobá Engenharia e Negócios  
 Tauil & Chequer Advogados  
 Technip FMC  
 Tenaris Confab  
 Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados  
 TSEA Energia  
 UNA Consultoria Econômica  
 VLI Multimodal  
 Voith Hydro  
 WEG Equipamentos Elétricos







Associação Brasileira da  
Infraestrutura e Indústrias de Base

Praça Monteiro Lobato, 36

Cep: 05506-030

Butantã - São Paulo-SP

Tel.: 11 3094-1950

Fax: 11 3094-1970

[abdib@abdib.org.br](mailto:abdib@abdib.org.br)

[www.abdib.org.br](http://www.abdib.org.br)